

SHEYLA SANT'ANNA AMORIM

**INVESTIMENTO SOCIAL E PERFIL DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE  
POPULAR DE BELO HORIZONTE-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2004

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

A524i  
2004

Amorim, Sheyla Sant'Ana, 1953-  
Investimento social e perfil dos usuários do restau-  
rante popular de Belo Horizonte-MG / Sheyla Sant'Ana  
Amorim. – Viçosa : UFV, 2004.  
xiii, 70f. : il. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Sebastião Teixeira Gomes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 60-62.

1. Trabalhadores - Belo Horizonte (MG) - Condições  
sociais. 2. Trabalhadores - Belo Horizonte (MG) - Condi-  
ções econômicas. 3. Assistência alimentar - Política gover-  
namental - Belo Horizonte (MG). 4. Restaurantes - Belo  
Horizonte (MG). 5. Satisfação do consumidor. 6. Belo  
Horizonte (MG) - Política social. I. Universidade Federal  
de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 331.11

SHEYLA SANT'ANNA AMORIM

**INVESTIMENTO SOCIAL E PERFIL DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE  
POPULAR DE BELO HORIZONTE-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de "Magister Scientiae".

APROVADA: 20 de dezembro de 2004.

---

Margarida Maria Santana da Silva

---

Antônio Carvalho Campos

---

Marília Fernandes Maciel Gomes

---

Fátima Marília Andrade de Carvalho  
(Conselheira)

---

Sebastião Teixeira Gomes  
(Orientador)

## **AGRADECIMENTO**

Ao encerrar este trabalho, gostaria de agradecer ao professor orientador, Sebastião Teixeira Gomes, pelo apoio e pela orientação; e aos membros do comitê, João Eustáquio de Lima e Fátima Marília Andrade de Carvalho, pela inegável colaboração no desenrolar dos trabalhos e pelo indispensável estímulo para prosseguir na jornada, especialmente nos momentos mais difíceis.

Aos professores Margarida Maria Santana da Silva, Antônio Carvalho Campos, Marília Fernandes Maciel Gomes e Fátima Marília Andrade de Carvalho, membros da banca examinadora, pelas sugestões que sempre melhoraram o trabalho.

Aos meus colegas, em especial, ao grupo de estudos, Lucineia Hipólito, Marcus Toninni, Ivo Vilani e Fernando Castilho, que tanto colaboraram para que eu pudesse ultrapassar etapas.

Às duas instituições que me permitiram cursar este mestrado; à UNA, que acreditou no seu corpo docente e me patrocinou, e à UFV, que disponibilizou os instrumentos de aprendizagem para conclusão deste Mestrado.

Finalmente, ao meu marido Esaú, pela paciência e pela compreensão; aos meus filhos, Anna Paula e Luis Augusto, pelo estímulo; e à minha mãe, Virgínia, pelo exemplo.

## **BIOGRAFIA**

SHEYLA SANT'ANNA AMORIM, natural de Belo Horizonte, MG, é filha de Belchior José de Sant'Anna e Virgínia de Paula Rosa Sant'Anna. Em 1996, graduou-se em Matemática, pela FAFI-BH, e tornou-se especialista em Análise de Sistemas (1989) e em Educação Matemática (1976), pela mesma instituição. Desde 1990, é professora de Matemática, com passagens por diversas instituições de ensino médio e superior. Em 2001, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da UFV, em nível de Mestrado, tendo defendido tese em dezembro de 2004.

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS .....	vii
RESUMO .....	x
ABSTRACT .....	xii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Considerações gerais .....	1
1.2. O Restaurante Popular de Belo Horizonte .....	5
1.3. O problema e sua importância .....	6
1.4. Objetivos .....	8
2. METODOLOGIA .....	10
2.1. Referencial teórico .....	10
2.2. Referencial analítico .....	13
2.3. Definição e operacionalização das variáveis .....	16
2.4. Fonte de dados .....	17
2.5. Estratificação dos dados da amostra .....	18

	Página
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	19
3.1. Características socioeconômicas dos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte .....	20
3.1.1. Faixa de renda .....	20
3.1.2. Sexo .....	22
3.1.3. Faixa etária .....	25
3.1.4. Local de residência .....	26
3.1.5. Familiares dos usuários que freqüentavam o Restaurante Popular .....	28
3.1.6. Freqüência do usuário ao Restaurante Popular .....	30
3.1.7. Fonte de informação .....	31
3.1.8. Escolaridade e profissão .....	32
3.1.9. Profissão .....	35
3.1.10. Formação da renda familiar .....	36
3.2. Avaliação dos serviços prestados pelo Restaurante Popular ....	37
3.2.1. Higiene .....	37
3.2.2. Atendimento .....	39
3.2.3. Localização do Restaurante Popular .....	40
3.2.4. Nível de satisfação dos usuários com a qualidade da refeição .....	42
3.2.5. Nível de satisfação com a segurança interna e externa do Restaurante Popular .....	43
3.2.6. Nível de satisfação com o preço da refeição do Restaurante Popular .....	45
3.2.7. Nível de satisfação com a alteração no preço da refeição do Restaurante Popular .....	47

	Página
3.2.8. Nível de satisfação com o espaço físico do Restaurante Popular .....	49
3.2.9. Opinião dos usuários quanto à imagem do Restaurante Popular .....	51
3.3. Receita, custos e subsídios da refeição do Restaurante Popular de Belo Horizonte .....	52
3.4. Correlação entre a variável renda e as variáveis que definem o perfil socioeconômico dos usuários .....	54
4. RESUMO E CONCLUSÕES .....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	60

## LISTA DE TABELAS

		Página
1	Distribuição percentual dos usuários por faixa de renda familiar, Belo Horizonte, 2003 .....	21
2	Evolução do poder de compra do salário mínimo, Belo Horizonte, 1994-2004 .....	21
3	Distribuição percentual dos usuários do Restaurante Popular, por faixa de renda, Belo Horizonte, 1994-2001 .....	22
4	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por renda e sexo, Belo Horizonte, 2003 .....	23
5	Distribuição percentual dos usuários do Restaurante Popular, por sexo, Belo Horizonte, 1994-2001 .....	23
6	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por profissão e sexo, Belo Horizonte, 2003 .....	24
7	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por renda e faixa etária, Belo Horizonte, 2003 .....	25
8	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por local de residência, Belo Horizonte, 2003 .....	26
9	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por local de residência, Belo Horizonte, 1994-2001 .....	29

	Página
10	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular segundo o número de familiares que o freqüentavam, Belo Horizonte, 2003 ..... 29
11	Distribuição dos usuários no Restaurante Popular, por freqüência, durante o almoço, Belo Horizonte, 2003 ..... 30
12	Distribuição dos usuários no Restaurante Popular, por freqüência, durante o jantar (sopa), Belo Horizonte, 2003 ..... 31
13	Tipo de acesso à informação sobre o Restaurante Popular, por usuário e renda, Belo Horizonte, 2003 ..... 32
14	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por profissão e renda, Belo Horizonte, 2003 ..... 33
15	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por escolaridade e renda, Belo Horizonte, 2003 ..... 34
16	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por escolaridade, Belo Horizonte, 1994-2001 ..... 35
17	Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por número de familiares que contribuía para a renda familiar, Belo Horizonte, 2003 ..... 37
18	Avaliação de higiene do Restaurante Popular pelos seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 38
19	Avaliação de higiene do Restaurante Popular pelos seus usuários, Belo Horizonte, 1999 e 2001 ..... 38
20	Avaliação do atendimento do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 39
21	Avaliação do atendimento do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 1999 e 2001 ..... 40
22	Avaliação da localização do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 41
23	Avaliação da localização do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 41
24	Avaliação da qualidade da refeição do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 42
25	Avaliação da qualidade da refeição do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 43

	Página
26	Avaliação da segurança dentro do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 44
27	Avaliação da segurança dentro do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 44
28	Ocorrência de problemas de segurança na área externa do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 45
29	Ocorrência de problemas de segurança na área externa do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 45
30	Análise do preço da refeição do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 46
31	Análise do preço da refeição do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 46
32	Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,30, Belo Horizonte, 2003 ..... 48
33	Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,50, Belo Horizonte, 2003 ..... 48
34	Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,80, Belo Horizonte, 2003 ..... 49
35	Classificação do espaço físico do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003 ..... 50
36	Classificação do espaço físico do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001 ..... 50
37	Imagem que os usuários tinham do Restaurante Popular antes de conhecê-lo, Belo Horizonte, 2003 ..... 51
38	Imagem que os usuários tinham do Restaurante Popular antes de conhecê-lo, Belo Horizonte, 2001 ..... 52
39	Preço médio das refeições do Restaurante Popular, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003 ..... 53
40	Custos e receitas do Restaurante Popular, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003 ..... 53
41	Coeficiente de correlação simples entre a variável renda e as variáveis selecionadas ..... 55

## RESUMO

AMORIM, Sheyla Sant'Anna Amorim, M.S., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2004. **Investimento social e perfil dos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte-MG.** Orientador: Sebastião Teixeira Gomes. Conselheiros: Fátima Marília Andrade de Carvalho e João Eustáquio de Lima.

Por meio deste trabalho procurou-se analisar, comparativamente, os resultados obtidos do funcionamento do Restaurante Popular de Belo Horizonte, MG, no período de 1994 a 2003, abrangendo os serviços prestados e os impactos dos subsídios fornecidos pelo poder público municipal, com os de avaliações anteriores. Foram catalogadas variáveis que caracterizam os usuários, tais como sexo, faixa etária, local de residência, profissão e número de freqüentadores por faixa social e renda. Concluiu-se que os usuários apresentavam elevado grau de satisfação com os serviços prestados. Na correlação entre renda e variáveis selecionadas, constatou-se associação direta entre esta variável e escolaridade e composição da renda familiar. Já as variáveis faixa etária e número de familiares que freqüentavam o estabelecimento tiveram comportamento inversamente correlacionado com a renda. As variáveis sexo e freqüência foram não-significativas, razão por que não foi possível avaliar o grau de associação. O subsídio ofertado foi

considerado altamente significativo pelos usuários. Concluiu-se que houve elevado grau de aceitação às políticas assistenciais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que vem intervindo, de forma positiva, no apoio à população carente por meio do fornecimento de alimentação pronta, a preços satisfatórios.

## ABSTRACT

AMORIM, Sheyla Sant'Anna, M.S., Universidade Federal de Viçosa, December 2004. **Investimento social e perfil dos Usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte-MG**. Adviser: Sebastião Teixeira Gomes. Committee Members: Fátima Marília Andrade de Carvalho and João Eustáquio de Lima.

The work tried to analyze, comparatively, the results of the operation of the Popular Restaurant of Belo Horizonte, Minas Gerais, in the period from 1994 to 2003 and involving the rendered services and the impacts of the subsidies supplied by the municipal public service. It classified variables that characterize the users, such as gender, age group, addresses, profession, number of visitors per social class and income. It concluded that the users present high satisfaction degree with the rendered services. In the correlation between income and selected variables, direct association is verified between this variable and education and composition of the family income. The variables age group and number of relatives that frequent the restaurant it had a behavior inversely correlated with the income. The variables gender and frequency to the Restaurant were no-significant it does not allow an evaluation of the association degree. The presented subsidy was also considered highly significant for the users. A high acceptance degree is concluded in the politics assistances of the

City Hall of Belo Horizonte that intervene in a positive way in the support to the poor population to supply daily meals at a satisfactory price level.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Considerações gerais**

A economia brasileira alcançou acelerado ritmo de desenvolvimento no final do século XX, no qual houve crescimento da renda real per capita de 1,5% ao ano, período em que a população do país cresceu 2,0% ao ano. Entretanto, o aumento dessa renda real foi desigual em termos regionais, já que a taxa de crescimento foi negativa (-0,6% a.a.), exceto no estado da Bahia, e positiva nas regiões Sul e Centro, com valores respectivos de 1,0% a.a. e 2,3% a.a. (FURTADO, 1976). Isso demonstra que o desenvolvimento não ocorreu de forma homogênea entre os estados brasileiros e os demais segmentos da sociedade, o que indica tendência à concentração de renda. Assim, a questão das desigualdades de renda não é um fenômeno novo no Brasil e vem gerando, conseqüentemente, problemas sociais cada vez mais graves, razão pela qual essa situação, há tempos, vem merecendo atenção especial das políticas públicas.

BARROS e CARVALHO (2003) ressaltaram que as políticas sociais brasileiras, apesar de numerosas, não têm atingido os objetivos de combate à pobreza, devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar, dada a diversidade de necessidades de cada região ou mesmo de uma mesma região; em segundo, dada a efetividade dessas políticas, que dependem do grau de cooperação e do engajamento da população pobre beneficiada, que nem

sempre é atendida de forma necessária e, muitas vezes, não tem conhecimento da diversidade de programas na área social, o que advém, em parte, do fato de tais políticas não terem suficiente grau de entrosamento nos níveis federal, estadual e municipal e de serem muitas as dificuldades na identificação de pessoas que realmente necessitam de tais programas.

Apesar de o Brasil ter gasto 25% do PIB na área social, até a última década, nos setores públicos e privados (VELLOSO e ALBUQUERQUE, 2000), ainda apresenta grandes distorções na distribuição de renda. Indicadores sociais de educação e saúde mostram que essas áreas carecem de investimentos, uma vez que o país apresenta ainda graves problemas relativos à saúde pública e percentuais relativamente elevados de analfabetismo (13,6%), quando se considera a faixa de 15 anos ou mais. Em 2000, esse percentual, conforme divulgado pelo Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), era de 16 milhões de analfabetos, situação que ainda permanece, a despeito da implementação de programas assistenciais<sup>1</sup> como bolsa-escola, bolsa-alimentação, vale-gás, entre outros.

Algumas melhorias foram alcançadas ao longo de várias décadas, mas o país ainda tem vasto contingente de pobreza e estima-se que 34% da população viva em situação de pobreza e cerca de 15%, em situação de extrema pobreza (BARROS e CARVALHO, 2003). As distorções relacionadas com a pobreza são resultantes de políticas públicas adotadas desde os anos 30, as quais se caracterizavam por grandes programas nacionais que eram conduzidos, de forma centralizadora, pelo governo federal e cercados de grande burocracia e que, não raro, atendiam somente a interesses políticos. Tais políticas, pela falta de coordenação nos três níveis de governo, geravam sobreposições, ineficiências e má distribuição de recursos, problemas que, aliados à sobreposição de programas assistenciais, contribuíam para elevar os custos administrativos e limitar as possibilidades de compartilhamento de experiências.

---

<sup>1</sup> **Bolsa escola** foi criado em 2001 pelo governo federal; transfere renda de R\$ 15,00 até no máximo R\$ 45,00 para famílias de baixa renda que mantiverem as crianças freqüentando regularmente a escola. **Vale-gás**: último programa social criado pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, repassa R\$ 15,00 a cada dois meses a 8,5 milhões de pessoas. **Bolsa-alimentação**: repassa entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00 por mês a famílias com gestantes, nutrízes e crianças de seis meses até 15 anos de idade e que tenham renda per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Apesar de a alimentação ser um direito universal de todo cidadão, a questão acerca do acesso a este item passou a ser discutida mais profundamente somente há poucos anos. Educação, saúde e trabalho são direitos garantidos, pelo menos teoricamente, pelos governos, e todos os municípios possuem, de certa forma, escolas e centros médicos para atendimento à população, mas o mesmo não ocorre com relação à alimentação, ou seja, não há uma rede de proteção pública que possa garantir a manutenção de estado nutricional dos indivíduos (BELIK, 2003).

Entre as políticas públicas adotadas para minimizar os problemas sociais, enquadram-se as destinadas à alimentação e à segurança alimentar, que passaram a ocupar lugar de destaque no atual cenário socioeconômico do país (ARANHA, 2000). Esta é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja proposta é desenvolver ações que visem erradicar a fome no país. Nessa perspectiva, criou-se o Programa Fome Zero<sup>2</sup>, cujo objetivo era garantir alimento à população sem acesso a essa condição vital.

Políticas sociais revelam que a alimentação e a segurança alimentar são tradicionais preocupações do governo de diversos países e que uma população com baixa resistência orgânica é susceptível a vários tipos de endemias, apresenta baixa produtividade no trabalho e, por conseqüência, compromete o desenvolvimento econômico e social do país, em última instância.

Vários estudos têm demonstrado a inter-relação da ingestão calórica e a produtividade no trabalho. Segundo Boianovski, citado por GOMES (1982), quando o trabalhador é mal alimentado, sua força muscular pode ser reduzida em 30% e a precisão de seus movimentos, em 15%. A importância da alimentação equilibrada é evidenciada não só em nível orgânico e de saúde, como também do ponto de vista econômico, visto que uma nutrição equilibrada gera melhores condições de dispêndio energético e, conseqüentemente, maior capacidade de trabalho (MOURA, 1986). Uma população subnutrida acarreta, entre outros problemas, elevados custos ao estado, visto que resulta na

---

<sup>2</sup> Projeto proposto em 2001 com início de implantação para 2003, com o objetivo de erradicar a fome no país por meio de políticas estruturais voltadas à distribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros, e de intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas compensatórias (PROJETO FOME ZERO, 2001).

redução da vida média e dos anos produtivos; no maior índice de absenteísmo por acidentes e doenças; na dificuldade de escolarização; na necessidade de maior assistência médica e na diminuição da produtividade. Além disso, quando a situação se agrava até o limite da carência alimentar, há riscos seríssimos que comprometem a ordem social (GOMES, 1982).

O acesso ao alimento é preocupação contínua dos organismos governamentais, visto que os benefícios são tantos para a população como para a economia, pois indivíduos mais bem nutridos têm melhor capacidade de desenvolvimento intelectual e social e, conseqüentemente, maior capacidade de produzir e, ou, trabalhar.

Desde a década de 40, observa-se a implementação de restaurantes populares que visam minimizar os impactos causados pela escassez e carestia dos alimentos, decorrentes da Segunda Guerra Mundial, embora nos governos militares estes restaurantes tenham sido fechados por motivos políticos. Com vistas ainda em oferecer melhor atendimento nutricional ao trabalhador, foi criado, em 1976, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) integrado ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com o objetivo de proporcionar facilidades de alimentação aos trabalhadores de baixa renda, para melhorar suas condições de saúde, aumentar a produtividade e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho (NABUCO e PESSÔA, 2001).

Na década de 80, a luta contra a fome e contra a desnutrição iniciou-se com a elaboração de uma proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” e com a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar. O conceito de segurança alimentar envolve muito mais que oferta adequada de alimentos à população socialmente vulnerável à fome, mas preza pela garantia a todos os cidadãos do direito de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, para atender às necessidades nutricionais básicas essenciais.

Ações que visem melhorar o estado nutricional podem ser analisadas, do ponto de vista econômico, como um aumento do bem-estar presente e, também, como um investimento, já que poderão promover melhoria nas condições de vida futura e na capacidade de produção da sociedade. Estudos sobre os impactos de políticas públicas na área nutricional, feitos pela *Food*

*and Agriculture Organization* (FAO), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), constataram que um acréscimo de 1% de calorias disponíveis per capita correspondeu a um incremento de 2,27% na produtividade do trabalho. Esse acréscimo é significativo, se comparado ao aumento, de igual magnitude (1%), em investimentos em habitação, cuja resposta foi de 0,14% na produtividade do trabalho, e em investimentos em segurança nacional, de 0,04% (PROENÇA, 1997).

Nessa perspectiva de Segurança Alimentar, a Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte (SMAB-BH) centraliza a coordenação e execução de 18 programas ligados às políticas dos eixos regulatórios, compensatórios e de práticas urbanas de valorização dos alimentos, a saber: Campanha da Safra/Direto da Roça, Central de Abastecimento Municipal, Armazém da Roça, Abastecer, Comboio do Trabalhador, Mercados Municipais, Feiras Livres, Feiras-modelo, Alimentação Escolar, Assistência Alimentar, Prevenção e Combate à Desnutrição, Ações Emergenciais, Cestão Popular, Cesta Smab, Oficinas de Alimentação, Hortas Escolares e Comunitárias, Própomar, Mercado da Lagoinha e Restaurante Popular (RP).

## **1.2. O Restaurante Popular de Belo Horizonte**

O objetivo principal do Restaurante Popular de Belo Horizonte é fornecer alimentação equilibrada, de qualidade e a baixo custo, favorecendo o acesso ao alimento sobretudo à população de baixa renda, público que necessita se alimentar fora de seu domicílio e apresenta restrições orçamentárias, visto que não tem acesso ao mercado tradicional de refeições. Assim, com base em pesquisa realizada pela SMAB em junho de 1993, concretizou-se a proposta de criação do referido restaurante (NABUCO e PESSOA, 2001).

No que se refere à localização, verificou-se que, num raio de 500 metros do local definido para seu funcionamento, havia uma concentração de trabalhadores com renda mensal até dois salários mínimos, ou seja, um público que fazia parte da faixa que a prefeitura municipal de Belo Horizonte (PBH) pretendia beneficiar, já que não estavam cobertos pelos programas

subsidiados pelo governo federal, por serem aposentados ou trabalhadores do mercado informal. Buscou-se, também, demonstrar que o poder público tinha condições de gerenciar e ser eficiente por meio de um modelo de gestão governamental, visto que o Restaurante Popular em Belo Horizonte já tinha sofrido duas experiências mal sucedidas (NABUCO e PESSÔA, 2001). Tal percepção motivou a reabertura do Restaurante Popular em 1994. Iniciativas de funcionamento do Restaurante Popular já haviam sido tentadas em 1988 e, posteriormente, em 1990, quando funcionou apenas durante dois anos (agosto/1990 a agosto/1992). Em julho de 1994, o Restaurante Popular foi reinaugurado, sob a administração da SMAB-BH, e permanece em pleno funcionamento desde então.

A reinauguração do Restaurante Popular deu-se de forma diferenciada das anteriores. A Secretaria Municipal de Abastecimento responsabilizou-se pela supervisão de todo o serviço, que abrangia controle financeiro, compras (feitas por processo licitatório) e elaboração de cardápios, procedendo à terceirização apenas da mão-de-obra. Para viabilizar uma proposta dessa natureza foram envolvidos profissionais das áreas de contabilidade e nutrição, cuja responsabilidade era para com a qualidade do alimento comprado e para com o balanceamento alimentar. Além disso, avaliações seriam feitas pelos usuários e profissionais da área de nutrição, as quais, embora simplificadas, possibilitariam o acompanhamento do programa e a eliminação das ocorrências diárias.

### **1.3. O problema e sua importância**

Os programas sociais demandam tempo para que seus resultados possam ser alcançados e, muitas vezes, sofrem descontinuidades antes que os resultados possam ser verificados e analisados. Em razão disso e em face da importância do Restaurante Popular, programa social implementado em Belo Horizonte com vistas em facilitar o acesso da população mais carente ao consumo de alimentos com qualidade, faz-se necessário avaliá-lo, com o intuito de subsidiar os formuladores de políticas públicas em suas tomadas de decisão.

Desde meados dos anos 90, quando foi instituído o plano de estabilização da moeda nacional, a proposta de abertura da economia brasileira e a eliminação da cláusula de segurança alimentar fizeram parte de uma proposta de mudança estrutural que passou a ser o enfoque das políticas governamentais, ficando a discussão sobre Segurança Alimentar incluída na agenda pública, de forma pontual. Especificamente, as estratégias de combate à desnutrição vêm sofrendo alterações na forma de condução.

No período de 1995 a 2002, as políticas públicas preconizavam a redução no preço do alimento mediante política externa, com sobrevalorização do câmbio e diminuição dos impostos de importação, e menor intervenção direta do estado na disponibilidade de alimentos (PROJETO FOME ZERO, 2001).

Assim, as políticas públicas compensatórias continuaram dependentes do apoio governamental, especialmente as ações emergenciais para atendimento à população carente.

No atual governo federal (2002-2006), as políticas públicas passaram a priorizar a intervenção direta do estado na disponibilidade de alimentos para essa população mais pobre.

O projeto FOME ZERO retoma o tema do direito de todo ser humano à alimentação digna em quantidade, qualidade e confiabilidade. Dessa forma, congrega diversas ações nos estados, municípios e sociedade civil. Evidencia que, para superação da pobreza e da fome, é fundamental garantir a Segurança Alimentar (PROJETO FOME ZERO, 2001).

Os principais eixos dos programas municipais de segurança alimentar, baseados no projeto FOME ZERO, compõem-se dos Programas de Abastecimento, Programas de Informações e Orientações e Microintervenções, com ações voltadas para incentivo à produção. Dentre estas, estão as relacionadas com comercialização, no que se refere a alternativas, intermediação e outros aspectos, e iniciativas como organização de compras comunitárias e consumo de alimentos preparados, a exemplo de refeições prontas e restaurantes populares. Assim, nesta proposta destaca-se a implementação dos restaurantes populares, visto que grande parte da população que trabalha em áreas metropolitanas faz, pelo menos, uma das

suas refeições fora de seu domicílio, razão da necessidade de disponibilizar alimentação de qualidade, a preços reduzidos.

A experiência de restaurantes populares em Belo Horizonte já vinha sendo feita desde 1990, ou seja, antes da política atual de intervenção direta, sendo, portanto, uma iniciativa pioneira. Assim, a implementação do Restaurante Popular de Belo Horizonte, retomada em 1994, tem servido de modelo para outros Restaurantes Populares em todo o território nacional.

A crescente importância econômica e social desse programa de alimentação popular e a carência de análises sobre indicadores que possam avaliar o grau de eficiência com que o Restaurante Popular tem operado fundamentam o problema da pesquisa deste trabalho. As análises objetivam ainda apontar eventuais distorções que possam ser corrigidas, garantindo que os objetivos iniciais do projeto sejam atendidos de forma eficiente e eficaz. As avaliações já realizadas têm apresentado apenas estatísticas quantitativas, com pouco conteúdo analítico. Este estudo objetivou relacionar os indicadores econômicos e sociais, com vistas em fundamentar uma análise comparativa entre os objetivos definidos e os resultados alcançados.

Assim, propôs-se analisar, comparativamente, os resultados obtidos a partir dos indicadores pesquisados em 2003 com avaliações anteriores. A relação entre o conjunto de indicadores analisados e a renda familiar tem importância na identificação da melhoria das condições socioeconômicas do público beneficiado pelo Restaurante Popular.

#### **1.4. Objetivos**

O objetivo geral desta pesquisa é definir o perfil dos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte e o investimento social envolvido neste projeto, no período de 2001 a 2003.

Especificamente, pretende-se:

- a) Caracterizar o perfil socioeconômico do público usuário do Restaurante Popular;
- b) A partir da percepção do usuário, avaliar o serviço prestado por este órgão;
- c) Verificar a relação entre a renda dos usuários e a frequência ao restaurante;

- d) Quantificar o subsídio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, dado pela diferença entre o preço e o custo dos alimentos; e
- e) Determinar a correlação entre a renda e os indicadores que definem o perfil socioeconômico dos usuários.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1. Referencial teórico**

A desigualdade social e a pobreza no mundo relacionam-se com a questão da Segurança Alimentar, que está além das políticas de aumento e garantia da produção alimentar, e reforçam a necessidade de mecanismos que possam intervir no processo de desigualdade e de acesso a uma alimentação suficiente para suprir as necessidades alimentares. O conceito de equidade e de justiça é fundamental à garantia da Segurança Alimentar, que se insere em alguns dos pressupostos essenciais à garantia do direito à vida e à dignidade (ARANHA, 2000).

Políticas sociais são, por definição, compensatórias para o funcionamento normal da sociedade, visto que objetivam combater distorções inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, que provoca discriminações e amplia a distância entre ricos e pobres. Na sociedade capitalista, as famílias não se apresentam em igualdade de condições, pois as mais pobres tendem a reproduzir, com continuidade, o ciclo de pobreza, que envolve má alimentação, baixo nível educacional, saúde instável, baixa renda e instabilidade no emprego. É função do Estado, portanto, desencadear políticas sociais, como programas de suplementação alimentar para crianças até seis anos e para mães nutrízes e gestantes, que visem equiparar oportunidades

entre pobres e ricos, quebrando a continuidade do ciclo da pobreza (BELIK e GROSSI, 2003).

Esses programas, apesar de terem custo elevado, continuam sendo mantidos, pois pressupõe-se que proporcionam condições favoráveis de crescimento e desenvolvimento das crianças (LEI, 1992).

Vários são os programas associados à Política de Segurança Alimentar e, conseqüentemente, a Políticas Alimentares desenvolvidos no país desde a década de 40, como o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), implantado em 1976 pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) (LEI, 1992).

Políticas locais de Segurança Alimentar podem ser relacionadas com pelo menos três objetivos gerais, denominados eixos de intervenção:

- a) Eixo de regulação: envolve ações relativas a controle de preços e aumento de competitividade, visando oferecer melhores serviços e ampliação de oferta de produtos agroalimentares;
- b) Eixo das políticas compensatórias: envolve ações de intervenção pública na acessibilidade alimentar, como fornecimento regular de refeições para instituições da rede pública municipal de ensino; fornecimento regular de gêneros alimentícios para hospitais, centros de saúde, asilos, creches, centros comunitários e outros, da rede pública ou conveniada, e na comercialização subsidiada de refeições e de gêneros alimentícios;
- c) Eixo das políticas urbanas: envolve ações relacionadas, direta ou indiretamente, com a questão alimentar, como informações sobre preços, alternativas de consumo, aproveitamento de alimentos, educação alimentar e, ou, agroecológica e produção própria de alimentos (CUNHA et al., 2000).

Há anos, estudos sobre desnutrição têm sido realizados por profissionais da área da saúde, embora apenas recentemente as ciências sociais tenham se preocupado com esse tema, que engloba um conjunto mais amplo de soluções, como oferta de alimentos, comercialização, distribuição e aspectos concernentes a seu consumo, e não apenas com as doenças, como vinha sendo tratado. Segundo FREITAS (1993), a lógica perversa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro explica o quadro de miséria da população, trazendo à tona questões concernentes à saúde pública. Estudos como o de LUCAS (2003) também evidenciaram as questões acerca do sistema de segurança alimentar e seu impacto na saúde, ressaltando as

doenças transmitidas por alimentos, em decorrência de problemas sanitários e de educação alimentar, principalmente em países em desenvolvimento.

Segundo ALVES (1979), não há dúvidas que a desnutrição está associada à pobreza, dada a impossibilidade de as famílias pobres satisfazerem a suas necessidades nutricionais e dada a insuficiência de alimentos ingeridos, limitada por recursos financeiros disponíveis. A composição familiar, no que diz respeito ao número de pessoas que compõem este núcleo e que contribuem para a renda familiar, é outro aspecto que influencia a desnutrição.

Políticas destinadas à educação nutricional apenas surtem efeito quando o indivíduo atinge uma renda mínima que lhe permita comprar alimentos que assegurem o fornecimento de suas necessidades nutricionais (ALVES, 1979).

Inúmeros países do mundo têm procurado evitar desperdício e melhorar a qualidade de vida da população, mediante distribuição eqüitativa de recursos por meio de um sistema de planejamento econômico, que não se restringe a funções de governo, mas compreende todo e qualquer processo de elaboração, execução e controle de um plano preestabelecido.

Assim, a avaliação social permite examinar os efeitos diretos e indiretos que são ou serão causados por determinado projeto, sinalizando se a economia como um todo está sendo favorecida ou prejudicada por ele. A aceitação ou rejeição da análise social de projetos, não importa por qual setor seja feita, constitui instrumento útil ao processo decisório, embora sempre reflita um juízo de valor.

Para CONTADOR (1988:22), “os recursos necessários para financiar a produção dos bens públicos, como serviço de segurança nacional, construção de rodovias, limpeza urbana, etc., são geralmente obtidos através da taxação”.

Políticas públicas que visem aumentar a renda dos trabalhadores ou que diminuam os preços dos alimentos, sem dúvida, seriam eficientes para combater ou diminuir a desnutrição. Dessa forma, não há dúvidas quanto a relação entre melhoria nutricional e uma série de indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Tendo em vista que é de responsabilidade do setor público o financiamento de educação, saúde, alimentação, transporte, segurança, dentre

outros, para a coletividade, e que estes bens são financiados pela taxaço, a grande dificuldade passa a ser a metodologia de avaliaço desses projetos.

Enquanto projetos privados são avaliados por sua rentabilidade financeira, projetos públicos não podem ser justificados por este indicador, por levarem em consideraço determinados objetivos implícitos, como geraço de empregos, utilizaço de recursos naturais nacionais, economia de divisas, atendimento a necessidades priorizadas por políticas públicas, dentre outros.

Dessa forma, a avaliaço efetuada neste trabalho constitui uma análise da evoluço dos indicadores socioeconômicos dos usuários, como renda, sexo, profissão, faixa etária, local de residência, número de pessoas da mesma família que freqüentam o Restaurante Popular, freqüência semanal ao Restaurante, escolaridade, além de indicadores de satisfaço com o serviço prestado, como higiene, atendimento, localização, segurança dentro do Restaurante Popular e nas suas imediaço, preço das refeições, e de indicadores de subsídios fornecidos pela prefeitura municipal de Belo Horizonte, como um processo metodológico de verificaço da eficácia das políticas públicas adotadas para o Restaurante Popular de Belo Horizonte.

## **2.2. Referencial analítico**

Análises tabulares e comparativas, em que se utilizaram tabelas, gráficos e estimativas de coeficientes de correlaço simples, foram os instrumentos analíticos utilizados nesta pesquisa, por meio das quais se procurou verificar os benefícios diretos e indiretos que o programa do Restaurante Popular proporcionou a seu público-alvo. Utilizou-se a renda dos usuários como atributo para estratificaço e consideraram-se ainda as variáveis sexo, faixa etária, grau de escolaridade, local de residência, profissão, local de trabalho, composiço da renda familiar, freqüência de utilizaço e número de pessoas da mesma família que o utilizavam no período de estudo. A análise desses indicadores permitiu verificar a motivaço, a freqüência e a avaliaço dos serviços pelos usuários.

Após a estratificaço, foram determinadas as médias e, ou, as freqüências, em cada estrato, das variáveis selecionadas. Os resultados da

análise tabular permitiram avaliar o atendimento aos objetivos do Restaurante Popular, especialmente no que se refere ao seu papel social.

No questionário aplicado aos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte foram abordadas variáveis como higiene, atendimento, localização, refeição, preço, segurança dentro do estabelecimento e nas suas imediações e espaço físico. Para estas variáveis o usuário optou por uma das classificações: ótima, boa, regular, ruim ou péssima. Nas variáveis relacionadas com melhorias e local de preferência para construção de outros restaurantes populares, a manifestação dos usuários foi livre. Com relação à alteração no valor da alimentação, foi questionado ao usuário se ele continuaria ou não almoçando no Restaurante Popular, caso o preço do almoço aumentasse de R\$ 1,00 para R\$ 1,30, para 1,50 ou para 1,80.

A análise de correlação permite verificar o grau de associação entre as variáveis, o que caracterizaria os usuários do Restaurante Popular, e, por conseqüência, avaliar atendimento de seus objetivos. Esta análise foi feita a partir da formulação desenvolvida a seguir.

A obtenção de uma medida de correlação, sem influência da média (tendência central) e da variância (dispersão) (HOFFMANN e VIEIRA, 1977), é dada por

$$v_i = \frac{X_i - \bar{X}}{s(X)} = \frac{x_i}{\sqrt{\frac{\sum x_i^2}{n-1}}}; \quad (1)$$

$$z_i = \frac{Y_i - \bar{Y}}{s(Y)} = \frac{y_i}{\sqrt{\frac{\sum y_i^2}{n-1}}}; \quad (2)$$

$$r = \frac{\sum v_i z_i}{n-1}. \quad (3)$$

Substituindo (1) e (2) em (3), tem-se:

$$r = \frac{\sum x_i y_i}{\sqrt{\sum x_i^2 \sum y_i^2}}, \quad (4)$$

em que  $r$  é o coeficiente de correlação, e  $-1 \leq r \leq 1$ ;  $v$  e  $z_i$ , pontos obtidos dos  $n$  pares de valores (variáveis), em que  $X_i$  e  $Y_i$  com  $i$  variam de 1 até  $n$ ;  $\bar{X}$  e  $\bar{Y}$ , médias obtidas de  $X_i$  e  $Y_i$ .

O coeficiente de correlação linear ( $r$ ) permite verificar o grau de associação entre as variáveis analisadas e varia de  $-1$  a  $1$ . Assim, se a correlação entre duas variáveis for positiva, haverá associação direta entre estas. Isto quer dizer que à medida que uma variável ( $x$ ) aumentar, a outra ( $y$ ) também aumentará, e à medida que  $x$  diminuir,  $y$  também diminuirá. As variáveis tendem a variar juntas e no mesmo sentido. Se a correlação entre as duas variáveis for negativa, ter-se-á então uma associação indireta, ou seja, à medida que  $x$  aumentar,  $y$  diminuirá e ambas tenderão a variar juntas, porém em sentido contrário.

O teste para verificar se o coeficiente de correlação foi estatisticamente igual a zero, que indicaria ausência de associação linear entre duas variáveis, consiste no cálculo de um valor de  $t$ , dado por

$$t_{cal} = \frac{r}{\sqrt{(1-r^2)/n-2}}, \quad (5)$$

em que a variável  $t_{cal}$  segue uma distribuição  $t$ , de Student, com  $n-2$  graus de liberdade.

Caso o coeficiente de correlação fosse estatisticamente igual a zero, não haveria, necessariamente, ausência de correlação entre as variáveis, pois a correlação apresentada poderia ser não-linear.

Na análise de correlação entre a renda e as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade, composição da renda familiar, frequência ao Restaurante Popular, número de familiares que o freqüentavam, espera-se que elas tenham sido significativas e que estejam diretamente correlacionadas.

### **2.3. Definição e operacionalização das variáveis**

Para analisar o comportamento dos indicadores de desempenho foram utilizadas as variáveis apresentadas abaixo:

- Renda familiar – Somatório das receitas individuais das pessoas que compunham a família;
- Composição da renda familiar – número de pessoas que contribuía para a renda familiar;
- Sexo – masculino e feminino;
- Profissão – atividade desenvolvida pelo usuário; foram utilizadas as seguintes classes de profissões: desempregado, estudante, funcionário público, funcionário privado, profissional liberal, autônomo, aposentado, do lar, mercado informal, comerciante, vigia, outros.
- Faixa etária – estratificação segundo idade dos usuários, expressa em anos; apresentada em quatro faixas a saber: até 18 anos; de 18 aos 40 anos; de 40 aos 60 anos; e maiores de 60 anos.
- Local de residência – localização regional do domicílio; a partir da distribuição adotada pela Secretaria Municipal de Saúde da PBH – Regional Norte, Noroeste, Leste, Oeste, Centro Sul, Pampulha, Venda Nova, Barreiro, Região Metropolitana/Outras cidades, não sabe/não respondeu, outro Estado.
- Familiares – número de pessoas da mesma família que freqüentavam o Restaurante Popular;
- Freqüência – número de vezes que o usuário freqüentava o Restaurante Popular durante a semana; foi estratificada em quatro faixas, a saber: nenhuma, uma, duas, três, mais de três.
- Escolaridade – número de anos que o usuário freqüentou a escola;
- Higiene – grau de satisfação do usuário com a limpeza e com a higiene do Restaurante Popular;
- Atendimento – grau de satisfação do usuário com o atendimento dado pelos funcionários do Restaurante Popular;
- Localização – grau de satisfação do usuário com o local de instalação e com o funcionamento do Restaurante Popular;

- Qualidade da refeição – grau de satisfação do usuário com a qualidade do alimento oferecido pelo Restaurante Popular;
- Segurança interna – grau de satisfação do usuário com a segurança dentro das instalações do Restaurante Popular;
- Segurança externa – grau de satisfação do usuário com a segurança nas imediações do Restaurante Popular;
- Preço – grau de satisfação do usuário com o preço cobrado pela refeição;
- Custos da PBH – custos da prefeitura de Belo Horizonte para manutenção e funcionamento do Restaurante Popular;
- Reajuste de preço – opinião dos usuários quanto à alteração no preço cobrado pela refeição;
- Espaço físico – avaliação do espaço físico do Restaurante Popular pelo usuário;
- Imagem pregressa – imagem que o usuário tinha do Restaurante antes de conhecê-lo;
- Imagem atual – imagem que o usuário tem atualmente do Restaurante Popular.

#### **2.4. Fonte de dados**

Foram utilizados dados secundários, obtidos de pesquisa realizada com 300 usuários, por CARVALHO (2001), e dados primários, obtidos de pesquisa com 400 usuários, realizada pela autora em 2003.

Os dados de pesquisa, relativos ao ano de 2003, foram obtidos de questionários aplicados aos usuários (Apêndice), no período de 22/10/2003 e 28/10/2003. Foi montada uma mesa no fundo do Restaurante Popular, onde os usuários, espontaneamente, se dispunham a responder o questionário, os quais eram recebidos por uma equipe de três pessoas que anotavam as respostas em formulário próprio. Foram também afixados cartazes em locais de fácil visualização, nos quais era solicitada a colaboração dos usuários para que participassem da pesquisa, além de uma abordagem de pessoas na fila, por meio da qual era pedida a participação dos usuários na pesquisa. Optou-se por utilizar o mesmo questionário aplicado em 2001, por CARVALHO (2001). Na

questão 8 apenas, foi atualizado o valor do salário mínimo vigente na época (R\$ 240,00).

## **2.5. Estratificação dos dados da amostra**

A renda bruta familiar dos usuários do Restaurante Popular foi utilizada como atributo para estratificação, sendo G1 o grupo que possuía renda familiar até dois salários mínimos (SM); G2, de 2 a 4 SM; e G3, mais de 4 SM.

Segundo DIEESE (2004), a parcela de trabalhadores que ganhavam até 2 SM em Belo Horizonte correspondia a 75%. Em geral, estes trabalhadores eram menos protegidos pela legislação, já que trabalhavam por conta própria e não tinham carteira assinada.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados, a seguir, são divididos em quatro segmentos:

#### 1. Características socioeconômicas dos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte

A caracterização do perfil socioeconômico dos usuários foi feita com base nas seguintes variáveis:

- Faixa de renda;
- Composição da renda familiar;
- Sexo;
- Faixa etária;
- Escolaridade;
- Profissão;
- Local de residência;
- Familiares que freqüentam o Restaurante Popular;
- Freqüência do usuário ao Restaurante Popular;
- Fonte de informação.

#### 2. Avaliação dos serviços prestados pelo Restaurante Popular

Na avaliação dos serviços prestados pelo Restaurante Popular foram consideradas as seguintes variáveis:

- higiene;
- atendimento;

- localização;
- qualidade da refeição;
- segurança;
- preço cobrado;
- alteração de preço cobrado;
- espaço físico;
- imagem do Restaurante Popular;
- Receita, custo e subsídio da refeição;
- Análise de correlação.

3. Receita, custo e subsídio da refeição do Restaurante Popular.

4. Análise de correlação.

### **3.1. Características socioeconômicas dos usuários do Restaurante Popular de Belo Horizonte**

#### **3.1.1. Faixa de renda**

Os usuários, cuja faixa de renda se situava em 2 SM, tinham maior parcela de representatividade, dentre os entrevistados, 39,8% (Tabela 1). A segunda faixa, também com alta representatividade, era constituída dos usuários que possuíam renda de 2 a 4 SM, 34,5%. Considerando-se o acumulado de usuários que recebiam até 4 SM, observa-se que mais de 70% destes estavam situados nessa faixa de renda familiar.

Segundo dados do DIEESE (2004), o poder de compra de um salário mínimo correspondia, em 2004, a um terço do poder de compra de um salário mínimo na época de sua instituição, em 1940. Assim, pessoas assalariadas que ganhavam mais de um salário mínimo tiveram sua renda reduzida pelo poder de compra do salário mínimo vigente. Entretanto, considerando apenas o período de 1994 a 2004, observa-se alteração positiva no poder de compra do salário mínimo, em Belo Horizonte, quando comparado com o período de 1940 a 2004, dado qual esse poder de compra aumentou, segundo dados da FUNDAÇÃO IPEAD/UFMG (2004), conforme Tabela 2.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos usuários por faixa de renda familiar, Belo Horizonte, 2003

Faixas de renda	Usuários (%)
Até 2 SM	39,8
De 2 a 4 SM	34,5
Acima de 4 SM	25,7
Total	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

n = 400 (amostra).

Tabela 2 – Evolução do poder de compra do salário mínimo, Belo Horizonte, 1994-2004

Período	Valor médio da cesta básica em BH (R\$)	Valor do salário mínimo (R\$)	Poder de compra
1994 a 1995	65,93	68,95	1,06
1995 a 1996	67,64	100,00	1,49
1996 a 1997	74,47	112,00	1,50
1997 a 1998	74,53	120,00	1,61
1998 a 1999	83,99	130,00	1,55
1999 a 2000	88,48	136,00	1,54
2000 a 2001	104,81	151,00	1,44
2001 a 2002	107,95	180,00	1,67
2002 a 2003	130,68	200,00	1,53
2003 a 2004	150,58	240,00	1,59

Fonte: FUNDAÇÃO IPEAD/UFMG (2004).

Os dados da Tabela 3 mostram que, nos anos de 1994, 1995, 1997 e 2001, houve predominância de usuários com renda até 2 SM, em torno de 40%, enquanto em 1999 o maior percentual ficou entre os usuários que possuíam renda de 2 a 4 SM, seguido dos usuários com faixa de renda até 2 SM.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos usuários do Restaurante Popular, por faixa de renda, Belo Horizonte, 1994-2001

Faixa de renda	1994 (n=424)	1995 (n=417)	1997 (n=416)	1999 (n=500)	2001* (n=300)
Até 2 SM	45,5	42,2	53,1	34,9	40,0
De 2 SM a 4 SM	28,1	34,5	25,7	41,5	35,0
Acima de 4 SM	26,4	23,3	21,2	23,6	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios de pesquisas realizadas pela SMAB. Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

n = amostra pesquisada.

Desta forma, observa-se que, na amostra, não houve mudança no perfil dos usuários, em termos percentuais, quanto à faixa de renda familiar.

### 3.1.2. Sexo

Pelos resultados apresentados nas Tabelas 4, 5 e 6, nota-se que há preponderância de usuários do sexo masculino em todos os estratos de renda analisados, com mais evidência na faixa de renda maior que 4 SM (85%) e entre pessoas aposentadas (21,8%). Quanto aos usuários do sexo feminino, há maior predominância na faixa até 2 SM (27,7%) e, também, de aposentados (23,8%). Essa maior incidência de aposentados do sexo masculino no Restaurante Popular se deve ao fato de estas pessoas estarem voltando ao

mercado de trabalho para complementarem a renda familiar e, ou, pelo fato de morarem sozinhas e de o Restaurante Popular ser uma alternativa de menor custo.

Tabela 4 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por renda e sexo, Belo Horizonte, 2003

Sexo	Total (%)	Estrato (%)		
		G1 (n= 159)	G2 (n= 138)	G3 (n= 103)
Feminino	21,0	27,7	18,1	15,0
Masculino	79,0	72,3	81,9	85,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

Obs.: G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos usuários do Restaurante Popular, por sexo, Belo Horizonte, 1994-2001

Sexo	1994 (n= 424)	1995 (n= 417)	1997 (n= 416)	1999 (n= 500)	2001* (n=300)
Feminino	27,4	32,8	18,7	20,4	23,0
Masculino	72,6	67,2	81,3	79,6	77,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte.

\* Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

Tabela 6 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por profissão e sexo, Belo Horizonte, 2003

Profissão	Sexo	
	Feminino (n=84)	Masculino (n=316)
Desempregado	7,1	10,1
Estudante	6,0	2,2
Funcionário público	10,7	6,7
Funcionário privado	10,7	11,6
Profissional liberal	7,1	7,9
Autônomo	11,9	13,0
Aposentado	23,8	21,8
Do lar	9,5	0
Mercado informal	3,6	4,1
Comerciário	2,4	5,4
Vigia	0	3,5
Outros	7,2	13,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

Ao comparar os dados obtidos nas pesquisas de 2001 e 2003, é possível verificar que, com relação à variável sexo, o perfil do usuário do Restaurante Popular não sofreu alterações. Segundo CARVALHO (2001), havia preponderância de usuários do sexo masculino, 77%, e apenas 23% do sexo feminino. Com relação à renda familiar por sexo, não foram realizadas análises comparativas; no ano de 2003, 40% dos entrevistados possuíam renda familiar até 2 SM; 35%, de 2 a 4 SM; e 25%, maior que 4 SM.

Segundo NABUCO e PESSOA (2001), em 1993 foi realizada uma pesquisa no entorno do Restaurante Popular, com vistas em identificar o perfil alimentar dos trabalhadores no comércio do centro de Belo Horizonte, para operacionalização do projeto de reabertura do Restaurante Popular. A partir dos resultados obtidos, constatou-se que 64% dos entrevistados possuíam renda até 2 SM; 27%, de 2 a 5 SM; 5%, de 5 a 10 SM; e 4%, acima de 10 SM.

Na reabertura do Restaurante Popular, em 1994, verificou-se que cerca de 45,5% dos entrevistados possuíam renda familiar até 2 SM. Observa-se certa estabilidade no perfil de renda dos usuários, ao longo dos 10 anos de

funcionamento, da mesma forma que o poder de compra da cesta básica, que se manteve também razoavelmente estável.

### 3.1.3. Faixa etária

Pelos resultados da análise da faixa etária, constata-se que 62% dos usuários entrevistados tinham mais de 40 anos; 39,5%, de 40 a 60 anos; e 22,5%, mais de 60 anos. Parcela representativa dos usuários era de pessoas aposentadas, um percentual de 22,5%, resultado que reafirma o índice de que muitas pessoas, mesmo depois de aposentadas, retornam ao mercado de trabalho para complementação da renda. Dentre os usuários na faixa etária de 18 a 40 anos, 45,6% tinham renda familiar segregada acima de 4 SM, fato que demonstra que, nessa faixa etária, a população atualmente em idade produtiva corresponde ao maior índice de faixa de renda. Isso pode ser justificado pelo fato de a maioria dos entrevistados trabalhar na regional centro-sul, onde o Restaurante Popular está localizado, o que faz com que o acesso a ele e a utilização do estabelecimento sejam facilitados (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por renda e faixa etária, Belo Horizonte, 2003

Faixa etária	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n= 159)	G2 (n= 138)	G3 (n= 103)
≤ 18	2,5	3,8	2,9	0
> 18 ≤ 40	35,5	27,0	37,4	45,6
> 40 ≤ 60	39,5	40,2	41,7	35,0
> 60	22,5	29,0	18,0	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

### 3.1.4. Local de residência

É possível constatar, nos dados da Tabela 8, que o Restaurante Popular atendia, de maneira genérica, à população residente em todas as regiões da capital e da região metropolitana, porém atendia, de forma mais freqüente, àqueles que residiam em bairros mais distantes do centro da capital, localizados na região circunvizinha. Esses resultados são condizentes com o objetivo do Restaurante Popular, que é o fornecimento de alimentação de qualidade, a preço baixo, àqueles trabalhadores que, por morarem distantes de seus locais de trabalho, necessitavam fazer pelo menos uma das refeições, geralmente o almoço, fora de seu domicílio.

Tabela 8 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por local de residência, Belo Horizonte, 2003

Região	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n= 159)	G2 (n= 138)	G3 (n= 103)
Norte	4,0	3,8	6,5	1,0
Noroeste	16,0	14,5	16,8	16,5
Nordeste	9,0	6,9	9,4	10,7
Leste	8,0	12,6	3,6	7,8
Oeste	8,0	8,8	6,5	8,7
Centro-Sul	10,0	6,3	10,1	16,5
Pampulha	7,0	8,2	5,8	5,8
Venda Nova	8,0	7,5	9,4	6,8
Barreiro	5,0	6,3	2,2	4,9
Região metropolitana	19,0	18,2	23,2	15,5
Outras cidades	7,0	6,9	6,5	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

**BAIRROS E REGIONAIS  
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
2002**

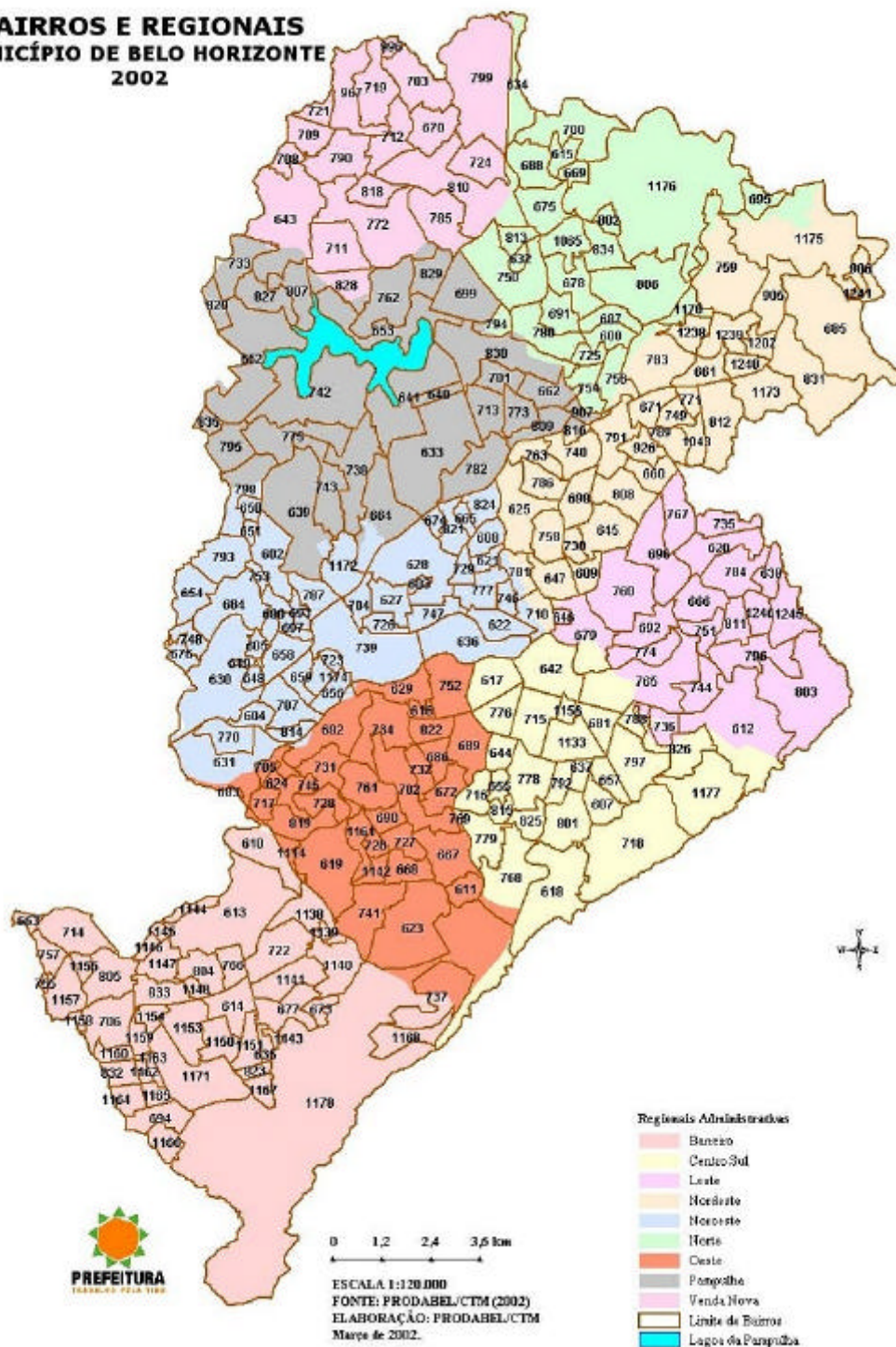


Figura 1 – Bairros e regionais do município de Belo Horizonte, 2002.

De acordo com a distribuição total dos locais de residência, percebe-se que o maior percentual dos usuários residia na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nos estratos G1 e G2, os residentes desta região eram, em percentual, 18,2% e 23,2%, respectivamente; no G3, a maior concentração de usuários residia na região Noroeste<sup>3</sup> e na Centro-Sul, que representavam, no universo pesquisado, o segundo maior grupo de usuários, por local de residência.

Na Tabela 9, pode-se notar que as pesquisas realizadas anteriormente apresentaram distribuição, em relação à moradia, semelhante à observada em 2003. Em 1994, 26,5% dos usuários residiam em outras cidades, embora o item região metropolitana e outras cidades se confunda, pois a região metropolitana engloba, além de Belo Horizonte, cidades circunvizinhas como Ravena, Raposos, Betim, Contagem, entre outras, o que pode provocar distorções na comparação deste percentual com os obtidos em 1995 (30,0%), 1999 (31,6%) e 2001 (29,0%). Em 1997, a região de destaque, como moradia dos usuários, foi a Noroeste, cujo percentual de entrevistados foi 20,2%. Esta região apareceu como segunda colocada nos anos de 1994, 1995, 1999 e 2001, com os respectivos percentuais de 17,5%, 14,8%, 12,8% e 19%.

### **3.1.5. Familiares dos usuários que freqüentavam o Restaurante Popular**

Ao comparar o local de residência com o número de pessoas da mesma família que freqüentavam o Restaurante Popular, observa-se que, em todas as faixas de renda analisadas, houve predominância apenas do usuário, que participou desta pesquisa. Este fato está relacionado com a distância do domicílio ao Restaurante Popular, o que dificulta o acesso dos demais membros da família e torna o custo inviável, já que o deslocamento envolve custos de transporte (Tabela 10).

---

<sup>3</sup> Bairros que fazem parte da Regional Noroeste: Alípio de Melo, Alto dos Caiçaras, Alto dos Pinheiros, Álvaro Camargos, Aparecida, Bom Jesus, Bonfim, Caiçara Adelaide, Caiçaras, Califórnia, Camargos, Carlos Prates, Conjunto Califórnia, Conjunto Califórnia Dois, Conjunto Celso Machado, Conjunto Itacolomi, Coqueiros, Coração Eucarístico, Bom Bosco, Dom Cabral, Ermelinda, Sumaré, Filadélfia, Frei Eustáquio, Gloria, Inconfidência, Ipanema, Jardim Montanhez, João Pinheiro, Minas Brasil, Monsenhor Messias, Nova Esperança, Padre Eustáquio, Pedreira Prado Lopes, Pedro II, Pindorama, Primavera, Santo André, São José, São Salvador, Serrano, Vila Oeste, Aparecida sétima seção, Nova Cachoeirinha, Jardim Alvorada e Campus da PUC.

Tabela 9 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por local de residência, Belo Horizonte, 1994-2001

Região de residência	1994 (n=424)	1995 (n=417)	1997 (n=416)	1999 (n=500)	2001 <sup>*</sup> (n=300)
Norte	7,1	6,0	7,7	2,0	6,0
Noroeste	17,5	14,8	20,2	12,8	19,0
Nordeste	6,8	5,8	10,5	5,0	6,0
Leste	10,8	8,4	12,8	5,2	6,0
Oeste	5,4	6,0	8,4	4,2	5,0
Centro-Sul	4,7	7,4	7,0	4,8	8,0
Pampulha	4,7	4,1	5,8	1,6	4,0
Venda Nova	9,4	12,0	15,7	6,8	8,0
Barreiro	7,1	5,5	11,2	9,8	9,0
Região metropolitana/outras cidades	26,5 <sup>**</sup>	30,0 <sup>**</sup>		31,6 <sup>**</sup>	29,0 <sup>**</sup>
Não sabe/não respondeu			0,7 <sup>**</sup>		
Outro Estado	**	**	**	0,2	**
Respondeu apenas BH	**	**	**	12,8	**
Falta regional	**	**	**	3,2	**
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de pesquisas realizadas pela SMAB.

\* Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

\*\* Não consta da pesquisa.

Tabela 10 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular segundo o número de familiares que o freqüentavam, Belo Horizonte, 2003

Número de familiares	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Nenhuma	67,2	63,6	66,7	73,8
Uma	17,0	15,7	18,8	16,5
Duas	7,8	8,8	7,9	5,8
Três	5,0	7,5	3,6	2,9
Mais de três	3,0	4,4	3,0	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

### 3.1.6. Frequência do usuário ao Restaurante Popular

A maioria dos usuários pesquisados utilizava o serviço do Restaurante Popular nos cinco dias da semana em que este funcionava para o almoço (Tabela 11). Com relação à frequência destes no jantar, observa-se que este serviço não era utilizado, visto que, nesse horário, o usuário já não se encontrava mais no centro de Belo Horizonte, pois já havia encerrado seu expediente de trabalho (Tabela 12).

Tabela 11 – Distribuição dos usuários no Restaurante Popular, por frequência, durante o almoço, Belo Horizonte, 2003

Frequência de utilização	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Primeira vez	4,8	4,4	5,8	3,9
Todos os dias	42,8	42,8	42,8	42,7
De 1 a 3 vezes por semana	30,7	28,9	29,7	35,0
Mais de 3 vezes por semana	12,2	13,8	10,9	11,7
Raramente	9,5	10,1	10,8	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 12 – Distribuição dos usuários no Restaurante Popular, por frequência, durante o jantar (sopa), Belo Horizonte, 2003

Frequência de utilização	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Freqüentemente	10,5	7,5	13,8	10,7
Esporadicamente	9,5	11,3	7,2	9,7
Raramente	21,3	22,0	19,6	22,3
Nunca	53,2	52,8	55,0	51,5
Não sabia	5,5	6,4	4,4	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

### 3.1.7. Fonte de informação

A Tabela 13 mostra como a população tomou conhecimento dos serviços prestados pelo Restaurante Popular. Os meios de veiculação utilizados revelam que a indicação da existência do Restaurante Popular por outros usuários consiste na parcela mais importante de divulgação e estímulo à utilização desse serviço, representando, aproximadamente, 34% do G1, 44% do G2 e 37% do G3. Esses percentuais são representativos, visto que na segunda forma de divulgação, que é a própria fachada do Restaurante Popular, os percentuais foram de 28%, 25% e 25%, respectivamente, para G1, G2 e G3, inferiores aos percentuais do item indicação. Dessa forma, verifica-se que a divulgação pessoal foi a forma mais efetiva de ampliar o conhecimento da existência do Restaurante Popular.

Tabela 13 – Tipo de acesso à informação sobre o Restaurante Popular, por usuário e renda, Belo Horizonte, 2003

Acesso à informação	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Indicação	38,3	34,0	44,2	36,9
Reportagens	20,0	23,9	14,5	21,4
Fachada do RP	26,0	27,7	24,6	25,2
Informativos PBH	4,3	2,5	5,1	5,8
Jornal	0,7	0,6	0,0	1,9
Outros	10,7	11,3	11,6	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Ao comparar os resultados totais da pesquisa feita em 2003 com os de CARVALHO (2001), a despeito da estratificação por renda utilizada, percebe-se que os índices são semelhantes, ou seja, em 2001, 43% da amostra havia tomado conhecimento da existência do restaurante por meio de indicação pessoal e 32%, pela fachada do restaurante.

### 3.1.8. Escolaridade e profissão

Com relação à profissão e escolaridade dos usuários (Tabelas 14 e 15), observa-se que, nas três faixas de renda consideradas, a maior frequência de usuários era de aposentados (27,6% dos usuários com renda até 2 SM; 19,6%, de 2 a 4 SM; e 17,5%, acima de 4 SM). Dentre os usuários que tinham renda até 2 SM, 40,9% tinham até quatro anos de estudo; de 2 a 4 SM e acima de 4 SM, segundo grau, 44,2% e 38,8%, respectivamente.

Tabela 14 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por profissão e renda, Belo Horizonte, 2003

Profissão	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Desempregado	9,5	16,4	7,2	1,9
Estudante	3,0	1,3	3,6	4,9
Funcionário público	7,5	2,5	7,9	14,6
Funcionário privado	11,5	6,3	14,5	15,5
Profissional liberal	7,8	3,1	9,4	12,6
Autônomo	12,8	14,5	10,1	13,6
Aposentado	22,3	27,6	19,6	17,5
Do lar	2,0	3,7	1,5	0,0
Mercado informal	4,0	6,3	4,3	0,0
Comerciário	4,8	2,5	7,3	4,9
Vigia	2,8	1,3	4,3	2,9
Outros	12,0	14,5	10,2	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 15 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por escolaridade e renda, Belo Horizonte, 2003

Escolaridade	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Sem instrução	2,8	6,3	0,0	1,1
1. <sup>a</sup> à 4. <sup>a</sup> série	23,5	40,9	14,5	8,7
5. <sup>a</sup> à 8. <sup>a</sup> série	24,3	24,5	31,2	14,5
2. <sup>o</sup> grau	34,0	22,0	44,2	38,8
Superior	15,4	6,3	10,1	36,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Pelos resultados de pesquisas anteriores realizadas pela SMAB-BH e por Carvalho em 2001 (Tabela 16), nota-se que, em 1994, 56,6% dos entrevistados tinham até oito anos de estudo; em 1995, 49,2%; em 1997, 64,7%; em 1999, 52,2%; em 2001, 51%, e representavam a maior parcela dos usuários. Na pesquisa de 2003, esse percentual passou para 47,8%, ou seja, comparando com as pesquisas anteriores, este resultado confirma a tendência anterior de queda de participação deste grupo, embora sem perda de representatividade.

Tabela 16 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por escolaridade, Belo Horizonte, 1994-2001

Escolaridade	1994 (n=424)	1995 (n=417)	1997 (n=416)	1999 (n=500)	2001* (n=300)
Analfabeto/sem instrução	1,2	2,4	2,4	1,4	2,0
Primário	22,6	*	30,1	18,0	*
1.º grau	34,0	49,2	34,6	34,2	51,0
2.º grau	34,7	40,7	28,9	38,4	39,0
3.º grau	7,5	7,7	4,0	7,6	7,0
Não respondeu	*	*	0	0,4	*
Pós-graduação	*	*	*	*	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios de pesquisas realizadas pela SMAB. Relatório de pesquisa de CARVALHO (2001).

\* Não consta da pesquisa.

\*\* Em 2001, a escolaridade foi estratificada por: sem instrução, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação.

### 3.1.9. Profissão

Com relação à profissão, observa-se uma mudança no perfil dos usuários. Em 1994, a profissão de maior destaque era prestação de serviços, percentual de 52,68%, sendo os aposentados apenas 13,83% dos entrevistados. Em 1995, quando foram incluídos os empregos formais, informais, aposentados ou desempregados, 45,82% dos entrevistados tinham empregos formais, sendo apenas 9,83% aposentados. Em 1997, o critério de estratificação também se diferenciou dos anos anteriores, uma vez que dividiu o grupo de usuários entre pessoas que trabalhavam (71,63%), que não trabalhavam (27,88%), e que não haviam respondido (0,48%). Dentre os que trabalhavam, a atividade de maior representatividade foi a de comerciante, 25,5%, e de aposentados, 44,92%. Na pesquisa de 1999, apenas foram especificados os usuários que trabalhavam, 72,2%, e os que não trabalhavam, 27,8%. Dos que não trabalhavam, 46,8% eram de aposentados e 41,4%,

desempregados. No caso da pesquisa de CARVALHO (2001), 19% dos usuários pesquisados eram do setor privado.

O aumento considerável do número de aposentados, 22,3% (Tabela 14), observado na pesquisa de 2003, se deve ao fato de essa categoria retornar ao mercado de trabalho para complementação da renda, dada a diminuição do poder de compra do salário e dados os reajustes das aposentadorias e pensões, que não têm acompanhado os índices de inflação. Essas pessoas têm procurado os serviços do Restaurante Popular como alternativa de alimentação a um preço mais acessível, com vistas em ampliar o recebimento líquido da atividade complementar à aposentadoria.

### **3.1.10. Formação da renda familiar**

Somente na pesquisa realizada por CARVALHO (2001) e na realizada em 2003 levantou-se a questão do número de pessoas que compunham a renda familiar. Em 2001, os resultados mostraram que, em 46% do grupo analisado, apenas uma pessoa era responsável pela renda familiar; em 2003, nas classes de renda até 2 SM, esse percentual era de 69,18%; nas de 2 a 4 SM e acima de 4 SM, de 49,28% e 32%, respectivamente. Em todas as classes, apenas uma pessoa era responsável pela renda familiar. No grupo G3, tem-se também uma coincidência de percentual (32%), visto que duas pessoas compunham a renda familiar (Tabela 17).

Tabela 17 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular, por número de familiares que contribuíam para a renda familiar, Belo Horizonte, 2003

Número de familiares	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Uma	52,7	69,2	49,3	32,0
Dois	28,0	21,4	32,6	32,0
Três	12,0	5,7	10,9	23,3
Quatro ou mais	7,3	3,7	7,2	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

## 3.2. Avaliação dos serviços prestados pelo Restaurante Popular

### 3.2.1. Higiene

Na Tabela 18 estão os resultados da avaliação da variável higiene do Restaurante Popular, por estrato de renda. Percebe-se que, independente da renda, a higiene desse estabelecimento foi classificada como boa por 40% dos usuários, em todos os níveis de renda. A pior classificação, ou seja, péssima, teve percentual pequeno, ou seja, 1,4%, e, no grupo de menor renda, nenhum usuário a considerou péssima. A insatisfação com esse aspecto aparece nas classes G2 e G3, mas com percentuais de apenas 2,2% e 2,9%, respectivamente.

Ao comparar esta pesquisa com as anteriores (Tabela 19), observa-se que a maioria considerou a higiene ótima e boa, e não houve nenhum percentual de péssima, o que difere dos resultados obtidos em 2003. Se consideradas apenas as classificações “ótimo e bom”, os resultados ficam acima de 80%, em todos os grupos analisados em 2003, e em torno de 90%, nos anos de 1999 e 2001.

Tabela 18 – Avaliação de higiene do Restaurante Popular pelos seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Higiene	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótimo	35,3	39,0	32,6	33,0
Bom	46,8	47,2	48,6	43,7
Regular	16,0	13,2	15,9	20,4
Ruim	0,5	0,6	0,7	0,0
Péssimo	1,4	0,0	2,2	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, de 4 SM.

Tabela 19 – Avaliação de higiene do Restaurante Popular pelos seus usuários, Belo Horizonte, 1999 e 2001

Higiene	1999 (n= 500)	2001 (n=300)
Ótimo	43,0	44,0
Bom	50,6	45,0
Regular	6,0	10,0
Ruim	0,4	1,0
Péssimo	0,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Relatório de pesquisas realizadas pela SMAB (1999). Relatório de pesquisa de CARVALHO (2001).

### 3.2.2. Atendimento

Na avaliação dos usuários, os resultados do atendimento (Tabela 20) revelam similaridade com os da avaliação da higiene. Entretanto, quando comparadas com as pesquisas dos anos de 1999, 2001 e 2003, o nível de satisfação vem gradativamente decrescendo. Em 1999, 53,8% dos usuários classificavam o atendimento como bom e 38,6%, como ótimo. Em 2001, esses percentuais se reduziram para 51% e 38%, respectivamente, e em 2003, apenas 51% dos usuários o classificaram como bom e 36%, como ótimo. Esse comportamento revela que, ao longo do tempo, ampliou o número de usuários que classificaram o atendimento como regular e evoluiu, em sentido contrário, os que o apontavam como bom e ótimo. Observa-se que, em 1999, 6,2% o consideravam como regular e, em 2003, 13,5% passaram a avaliá-lo como regular (Tabela 21).

Tabela 20 – Avaliação do atendimento do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Atendimento	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótimo	36,0	41,5	34,1	30,1
Bom	51,0	43,4	42,0	52,4
Regular	9,0	10,1	17,4	13,6
Ruim	2,0	2,5	4,3	2,9
Péssimo	0,0	2,5	2,2	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 21 – Avaliação do atendimento do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 1999 e 2001

Atendimento	1999 (n=500)	2001 (n=300)
Ótimo	38,6	38,0
Bom	53,8	51,0
Regular	6,2	9,0
Ruim	0,8	2,0
Péssimo	0,2	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Relatório de pesquisas realizadas pela SMAB (1999). Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### 3.2.3. Localização do Restaurante Popular

Observa-se, nos dados das Tabelas 22 e 23, que o maior grau de satisfação do usuário com a localização do Restaurante Popular era das classes de menor renda, 70%, entre bom e ótimo, enquanto a péssima estava na maior faixa de renda acima de 4 SM, que, de forma geral, é o segmento mais exigente. Porém, esse fato não descaracteriza a localização como boa ou ótima para a maioria dos entrevistados, tanto na estratificada por renda quanto na não-estratificada nos anos anteriores. Em 2001, a totalização dos percentuais bom e ótimo, 82%, foi superior à de 2003, na ordem de 65,8%.

Tabela 22 – Avaliação da localização do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Localização	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótima	25,3	28,3	24,6	21,4
Boa	40,5	41,5	37,0	43,7
Regular	21,7	22,0	25,4	16,5
Ruim	6,8	3,8	8,7	8,7
Péssima	5,7	4,4	4,3	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 23 – Avaliação da localização do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Localização	%
Ótima	34,0
Boa	48,0
Regular	11,0
Ruim	4,0
Péssima	3,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### 3.2.4. Nível de satisfação dos usuários com a qualidade da refeição

No grupo de faixa de renda G3, todos os usuários classificaram a qualidade da refeição como ótima, boa e regular, faixa em que não houve classificação ruim ou péssima. No grupo G1, nenhum usuário a classificou como péssima; e, no grupo G2, houve maior percentual de insatisfação. De forma geral, a qualidade da refeição foi considerada ótima por todos os grupos de renda, com uma representatividade em torno de 50% nas três faixas consideradas (Tabela 24).

Tabela 24 – Avaliação da qualidade da refeição do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Qualidade da refeição	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótima	50,5	51,6	50,8	48,5
Boa	42,0	40,3	42,0	44,7
Regular	6,5	7,5	5,1	6,8
Ruim	0,5	0,6	0,7	0,0
Péssima	0,5	0,0	1,4	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Ao comparar o ano de 2001 com o de 2003 (Tabelas 24 e 25), percebe-se que a qualidade da refeição melhorou, já que, em 2001, 41% dos usuários a classificaram como ótima e, em 2003, 50,5%. De maneira distinta daqueles que a consideravam como boa em 2001, 50% passaram a considerá-la de menor qualidade em 2003 (42%).

Tabela 25 – Avaliação da refeição do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Qualidade da refeição	%
Ótima	41,0
Boa	50,0
Regular	9,0
Ruim	0,0
Péssima	0,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### **3.2.5. Nível de satisfação com a segurança interna e externa do Restaurante Popular**

No que diz respeito à segurança interna, nos grupos de renda G1, G2 e G3, cerca de 50% dos usuários a consideraram boa. Entretanto, no grupo 3, faixa de maior poder aquisitivo, houve diferença na classificação, o que significa que houve maior grau de exigência por parte desse grupo. O índice péssimo foi extremamente baixo em todos os estratos (Tabelas 26 e 27).

Quanto ao aspecto segurança fora do Restaurante Popular, ou seja, em suas proximidades, os resultados do percentual de satisfação corroboram com os obtidos para segurança interna, ou seja, os usuários tinham alto grau de segurança, uma vez que cerca de 80% destes não havia sofrido qualquer tipo de abordagem, em todos os estratos.

Quanto à comparação dos resultados obtidos em 2001 e 2003, percebe-se que o índice de abordagens fora do Restaurante Popular havia aumentado, embora este fato ainda não seja preocupação, conforme 80% dos entrevistados (Tabelas 28 e 29).

Tabela 26 – Avaliação da segurança dentro do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Segurança interna	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótima	21,8	24,5	21,7	17,5
Boa	51,0	50,9	50,7	51,5
Regular	19,8	18,9	19,6	21,4
Ruim	5,8	5,0	5,1	7,8
Péssima	1,8	0,7	2,9	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 27 – Avaliação da segurança dentro do Restaurante Popular por seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Segurança interna	%
Ótima	28,0
Boa	49,0
Regular	15,0
Ruim	7,0
Péssima	1,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

Tabela 28 – Ocorrência de problemas de segurança na área externa do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Segurança externa	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Sim	16,5	12,6	19,6	18,5
Não	83,5	87,4	80,4	81,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1 - renda familiar até 2 SM; G2 - de 2 SM a 4 SM; e G3 - acima de 4SM.

Tabela 29 – Ocorrência de problemas de segurança na área externa do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Segurança externa	%
Sim	12,0
Não	88,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### 3.2.6. Nível de satisfação com o preço da refeição do Restaurante Popular

Com relação ao preço cobrado pelo Restaurante Popular, os usuários foram unânimes ao afirmar que este era ótimo ou bom, pois apenas 0,2% do total de entrevistados o considerava péssimo. As classificações ótimo e bom, somadas, resultaram em um percentual de 98,8%. Em 2001, os percentuais obtidos foram semelhantes, o que demonstra que os preços praticados atendiam às expectativas dos usuários.

Tabela 30 – Análise do preço da refeição do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Preço da refeição	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótimo	79,8	74,2	85,5	80,6
Bom	19,0	25,2	13,0	17,5
Regular	1,0	0,6	0,7	1,9
Ruim	0,0	0,0	0,0	0,0
Péssimo	0,2	0,0	0,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 31 – Análise do preço da refeição do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Preço da refeição	2001
Ótimo	66,0
Bom	32,0
Regular	2,0
Ruim	0,0
Péssimo	0,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### **3.2.7. Nível de satisfação com a alteração no preço da refeição do Restaurante Popular**

Dada a existência de subsídio no valor da refeição unitária e com base no possível aumento do custo da refeição, foram feitas simulações de aumento do preço para três valores distintos: R\$ 1,30, R\$ 1,50 e R\$ 1,80 (Tabelas 32, 33 e 34). Com essa variação, a sensibilidade do usuário ao preço foi inversa, ou seja, ao aumentar o preço, eles deixavam de utilizar os serviços do Restaurante Popular gradativamente, como esperado teoricamente.

A preços de R\$ 1,30 e R\$ 1,50, os usuários consideravam, em sua maioria (79% e 60,3%, respectivamente), que o preço justificava a utilização dos serviços, porém em percentual menor do que ao preço atual de R\$ 1,00. No entanto, a R\$ 1,30, mais de 70% continuariam utilizando os serviços do Restaurante Popular, indicador que não difere significativamente do encontrado na refeição a R\$ 1,00.

Na simulação correspondente a R\$ 1,50, a maioria dos usuários com percentual acima de 60%, em todas as faixas de renda, continuariam a utilizar o serviço, embora a sensibilidade ao preço fosse muito superior a R\$ 1,00 e R\$ 1,30. Caso a refeição passasse a custar R\$ 1,80, a maioria dos usuários, acima de 69% em todos os estratos, passaria a não mais utilizar os serviços, ou seja, na situação social e econômica do ano de 2003, o preço de R\$ 1,80 não seria compatível com a utilização dos serviços do Restaurante Popular, comprovado pela sensibilidade da demanda em relação à renda e aos preços do serviço.

Observa-se que, no grupo de renda G1, o preço da refeição a R\$ 1,30 levaria 26% dos usuários a deixar de fazer a refeição no Restaurante e, ao preço de R\$ 1,80, 76% não mais se beneficiariam desta. Verifica-se, assim, que o subsídio na refeição propicia que maior número de pessoas com renda até 2 SM tenha acesso à alimentação oferecida pelo Restaurante Popular.

Tabela 32 – Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,30, Belo Horizonte, 2003

Preço da refeição a R\$1,30	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=150)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Sim	79,0	73,6	81,9	83,5
Não	21,0	26,4	18,1	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 33 – Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,50, Belo Horizonte, 2003

Preço da refeição a R\$1,50	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Sim	60,3	55,4	62,3	65,1
Não	39,7	44,6	37,7	34,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 34 – Aceitação do aumento no preço da refeição do Restaurante Popular para R\$ 1,80, Belo Horizonte, 2003

Preço da refeição a R\$ 1,80	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Sim	30,3	24,5	35,5	32,0
Não	69,7	75,5	64,5	68,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

### 3.2.8. Nível de satisfação com o espaço físico do Restaurante Popular

Quanto ao espaço físico do Restaurante Popular, os resultados mostraram que, no ano de 2001, 30% dos usuários o consideravam ótimo e 55%, bom. No ano de 2003, 18% o consideraram ótimo e 50%, bom, ou seja, verifica-se que a satisfação com o espaço físico, na classificação ótima, sofreu queda de 25%, de 2001 para 2003.

Tabela 35 – Classificação do espaço físico do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2003

Espaço físico	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Ótimo	18,0	16,4	15,9	23,3
Bom	49,7	51,6	50,7	45,6
Regular	25,3	27,0	25,4	22,3
Ruim	3,5	1,3	4,3	5,9
Péssimo	3,5	3,7	3,7	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 36 – Classificação do espaço físico do Restaurante Popular, segundo seus usuários, Belo Horizonte, 2001

Espaço físico	%
Ótimo	30,0
Bom	55,0
Regular	13,0
Ruim	1,0
Péssimo	1,0
Total	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa realizada por CARVALHO (2001).

### 3.2.9. Opinião dos usuários quanto à imagem do Restaurante Popular

No que diz respeito à imagem do Restaurante, observou-se que antes de conhecê-lo, em 2001, 60% não tinham informação do serviço oferecido, a exemplo do ocorrido em 2003, cujo percentual foi de 50% (CARVALHO, 2001).

Constatou-se, ainda, mudança de conceito, uma vez que a visualização do restaurante como um “lugar sujo”, apontado por 13% dos usuários, havia sido feita em análises anteriores, e atualmente apenas 1,9% considerava a higiene ruim ou péssima.

O conceito de que “apenas mendigos” o freqüentavam, conforme 20,7%, deve-se à falta de conhecimento do serviço e também ao preconceito sobre o serviço prestado pelo Restaurante Popular. Podem ter contribuído para esse percentual a falta de divulgação e os esclarecimentos sobre os serviços pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Tabela 37 – Imagem que os usuários tinham do Restaurante Popular antes de conhecê-lo, Belo Horizonte, 2003

Imagem anterior	Total (%)	Estrato (%) <sup>*</sup>		
		G1 (n=159)	G2 (n=138)	G3 (n=103)
Comida ruim ou fria	6,5	5,7	9,4	3,9
Apenas almoçam mendigos	20,7	16,4	18,1	31,0
Lugar sujo	13,5	15,1	15,2	8,7
Comida cara	0,5	1,3	0	0
Não tinha conceito	50,5	54,7	47,8	47,6
Outros	8,3	6,8	9,5	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

\* G1, renda familiar até 2 SM; G2, de 2 a 4 SM; e G3, acima de 4 SM.

Tabela 38 – Imagem que os usuários tinham do Restaurante Popular antes de conhecê-lo, Belo Horizonte, 2001

Imagem anterior	%
Comida ruim ou fria	12,0
Apenas almoçam mendigos	9,0
Lugar sujo	13,0
Comida cara	1,0
Não tinha conceito	60,0
Outros	5,0
Total	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – 2003.

### 3.3. Receita, custos e subsídios da refeição do Restaurante Popular de Belo Horizonte

As Tabelas 39 e 40 mostram o conjunto de informações sobre custos e receitas, no primeiro semestre de 2003.

Ao comparar a variável receita com vendas e custo total, verifica-se que o custo total representou 51,54% da receita. Outra variável importante é o custo unitário da refeição, que, de janeiro a junho de 2003, teve valor médio de R\$ 1,95, o que comprova um subsídio médio, no mesmo período, de R\$ 0,96 para o bandejão, que é vendido a R\$ 1,00; para o marmitex, vendido a R\$ 1,50; e para o caldo (jantar), R\$ 0,50. Esse aspecto é uma das justificativas para o alto percentual de satisfação dos usuários com essa alternativa de alimentação. Nos três estratos, 70% dos usuários consideravam o preço da refeição ótimo (G1, 74,2%; G2, 85,5%; G3, 80,6%). No entanto, percebe-se que, no estrato de renda mais baixo, o preço de R\$ 1,00 teve peso alto na avaliação, embora a grande maioria o considerasse ótimo (Tabela 40).

Tabela 39 – Preço médio das refeições do Restaurante Popular, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Média diária de almoços	4.460	4.601	4.776	4.836	4.825	4.788
Preço do almoço ( R\$)	1	1	1	1	1	1
Média diária de caldos	489	494	555	547	628	630
Preço do caldo (R\$)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Média diária de marmitex	211	275	411	441	506	581
Preço do marmitex (R\$)	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
Preço médio das refeições (R\$)	0,97	0,98	0,99	0,99	0,99	0,99

Fonte: Secretaria Municipal de Abastecimento. Gerência de Coordenação dos Programas de Assistência Alimentar.

Tabela 40 – Custos e receitas do Restaurante Popular, Belo Horizonte, janeiro a junho de 2003

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Custo total (R\$)	218.476,56	219.386,05	209.774,34	213.281,39	228.538,40	223.087,65
Custo unitário da refeição (R\$)	1,98	2,09	2,06	1,85	1,85	1,85
Receitas com vendas (R\$)	110.473,50	105.208,50	102.051,50	115.406,00	123.863,50	119.473,00
Preço médio das refeições (R\$)	0,97	0,98	0,99	0,99	0,99	0,99
Subsidio total (R\$)	108.003,06	114.334,55	107.722,84	97.875,39	104.674,90	103.614,65
Subsidio unitário (R\$)	1,01	1,11	1,07	0,86	0,86	0,86

Fonte: Secretaria Municipal de Abastecimento. Gerência de Coordenação dos Programas de Assistência Alimentar.

### **3.4. Correlação entre a variável renda e as variáveis que definem o perfil socioeconômico dos usuários**

A Tabela 41 apresenta os resultados dos coeficientes de correlação estimados entre a variável renda e as demais variáveis analisadas. Pode-se verificar associação entre essas variáveis, sem especificar a causalidade. Constata-se associação negativa e significativa entre renda e faixa etária, o que indica que as pessoas de maior idade possuíam menor renda, ou seja, os aposentados tinham menor renda que as pessoas inseridas no mercado de trabalho, o que indica que o Restaurante Popular era importante para este público.

O coeficiente relacionado com a variável sexo foi não-significativo, o que indica a não-existência de discrepância na renda, pelo fato de o usuário ser do sexo feminino ou masculino.

A escolaridade, por sua vez, apresentou coeficiente positivo e significativo, o que mostra que quanto maior a escolaridade, maior a faixa de renda.

Quanto ao número de pessoas que compunham a renda familiar, a correlação com a variável renda foi significativa, o que implica que o número de pessoas que a compunha tinha relação direta com a renda familiar.

Por um lado, a variável número de membros da família que freqüentavam o Restaurante Popular apresenta coeficiente de correlação negativo e significativo, resultado que mostra que nas famílias que tinham menor renda estava o maior número de pessoas que o freqüentavam. Por outro, a variável freqüência, ou seja, o maior número de vezes que as pessoas faziam refeições no Restaurante, está associada negativamente à renda, porém estatisticamente igual a zero.

Em síntese, a variável renda está associada, significativamente a 1%, a todas as variáveis selecionadas na análise, com exceção das variáveis sexo e freqüência ao Restaurante Popular. A renda estava diretamente correlacionada com a escolaridade e com a composição da renda familiar, e inversamente correlacionada com faixa etária e com o número de familiares que o freqüentavam.

Tabela 41 – Coeficiente de correlação simples entre a variável renda e as variáveis selecionadas

Variável	Coeficiente de correlação
Sexo	0,026 <sup>NS</sup>
Faixa etária	- 0,151 <sup>***</sup>
Escolaridade	0,467 <sup>***</sup>
Composição da renda familiar	0,317 <sup>***</sup>
Familiares que freqüentavam o RP	- 0,135 <sup>***</sup>
Freqüência ao RP	- 0,008 <sup>NS</sup>

\*\*\* Significativo a 1%.  
 NS – Não-significativo.

#### **4. RESUMO E CONCLUSÕES**

No Brasil, a distorção na distribuição de renda tem sido um fator negativo para o desenvolvimento econômico e social. Indicadores sociais de educação e de saúde demonstram que essas áreas carecem de investimento e políticas direcionadas a seu equacionamento, a despeito da implementação de programas assistenciais e de algumas melhorias alcançadas ao longo de várias décadas. São reflexos, entre outros, de políticas públicas conduzidas sem planejamento de longo prazo, com sobreposições, ineficiência e má distribuição de recursos. A falta de coordenação, nos três níveis governamentais, gera ainda limitações de possibilidades de compartilhamento de experiências.

Belo Horizonte tem sido referência nacional, no que diz respeito à disponibilidade de alimentos para população carente, visto que mantém, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Abastecimento, 18 programas ligados à Segurança Alimentar, destacando-se, dentre eles, o Restaurante Popular, que vem funcionando, ininterruptamente, desde 1994.

O Restaurante Popular tem o objetivo principal de fornecer alimentação equilibrada, de qualidade e a baixo custo, favorecendo o acesso ao alimento à população de baixa renda.

A Secretaria Municipal de Abastecimento optou por uma gestão compartilhada com o gerenciamento do Restaurante Popular, onde todo o serviço é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Abastecimento e a mão-de-obra, terceirizada.

O Projeto FOME ZERO, do atual governo (2002-2006), prioriza a intervenção direta do Estado na disponibilidade de alimentos à população mais pobre. Dentre as propostas deste projeto, prevêem-se implantações de Restaurantes Populares em áreas metropolitanas, tendo em vista a necessidade de disponibilizar alimentos de qualidade, a preços reduzidos.

A importância econômica e social desse programa e a carência de análises sobre indicadores que possam avaliar o grau de eficiência com que o Restaurante Popular tem funcionado fundamentam o problema da pesquisa deste trabalho.

Dessa forma, pretendeu-se analisar, comparativamente, os resultados originários de pesquisa acerca do funcionamento do Restaurante Popular de Belo Horizonte no período de 1994 a 2001 e os obtidos em 2003. Pretendeu-se analisar, também, os serviços prestados por este estabelecimento.

Os resultados da análise da caracterização do público beneficiado pelo serviço do Restaurante Popular, no ano de 2003, mostraram que a maior parcela era composta por pessoas que possuíam renda familiar até 4 SM. Ao comparar o estudo feito no ano de 1993 com o de 1994, nota-se que o maior percentual de usuários tinha renda familiar até 2 SM, nos dois períodos estudados. Esse resultado indica, *a priori*, que houve mudança no perfil do usuário.

Com relação às demais variáveis, como sexo, faixa etária, local de residência, profissão e número de freqüentadores por família, não foi observada expressiva alteração no perfil dos usuários. A variável escolaridade, no entanto, apresentou variação nos anos estudados, já que, nos anos de 1994, 1999 e 2003, o maior índice era de pessoas com nível de escolaridade de segundo grau e, nos de 1995, 1997 e 2001, de primeiro grau.

Os resultados da avaliação dos serviços prestados pelo restaurante permitiram inferir que os usuários, na média, apresentavam elevado grau de satisfação. Apenas com relação ao item atendimento, detectou-se queda no índice satisfação, comparando-se os anos de 1999 e 2001 com o de 2003. Em 1999, 38,6% dos usuários o classificaram como ótimo; em 2001, esse percentual caiu para 38% e, em 2003, para 36%.

O item localização apresentou grau de importância maior quanto menor era a renda do usuário, o que indica que os de menor renda não podiam

comprometer parcela significativa de seus recebimentos com deslocamento. As demais variáveis, qualidade da refeição, segurança interna e em suas imediações, preço cobrado pela refeição, espaço físico e imagem do Restaurante, permaneceram estáveis nos anos estudados.

Na correlação entre renda e variáveis selecionadas, constatou-se associação direta entre esta variável e escolaridade e composição da renda familiar. Já as variáveis faixa etária e número de familiares que freqüentavam o estabelecimento tiveram comportamento inversamente associado com a renda. As variáveis sexo e freqüência ao Restaurante foram não-significativas, o que não permitiu uma avaliação do grau de associação.

Com relação ao subsídio oferecido pela prefeitura municipal de Belo Horizonte, conclui-se que este era significativo para o público que utilizava os serviços prestados pelo Restaurante Popular. Esse subsídio é um instrumento importante de transferência de renda, já que beneficia a população de forma geral. Embora todas as camadas de renda possam usufruir dos benefícios, a análise indicou que os usuários se situavam, predominantemente, nas faixas de renda familiar até 4 SM. Esse tipo de subsídio pode ser enquadrado como programas sociais, que, apesar de demandarem tempo para consolidar os resultados, são importantes instrumentos de apoio econômico e social às camadas menos favorecidas da sociedade que os utilizam para complementar indiretamente sua renda.

As políticas sociais destinadas aos grandes centros urbanos, que, via de regra, não estão relacionadas diretamente com ajuda alimentar, devem diversificar as formas de acesso por meio de mecanismos que reduzam o preço e facilitem o consumo de alimentos com qualidade e produzem efeito direto e imediato. Dessa forma, a prefeitura municipal de Belo Horizonte, por meio dessa ação, está intervindo, de forma positiva, no apoio à população carente por meio do mercado de alimentação pronta, proporcionando maior flexibilidade às pessoas que transitam pelo hipercentro de Belo Horizonte e residem distante deste. Em grandes metrópoles como Belo Horizonte, um contingente considerável da população que trabalha necessita alimentar-se fora de seu domicílio e, por questões de restrição orçamentária, encontra no Restaurante Popular uma alternativa saudável em termos nutricionais, a custo acessível.

Diante disso, verifica-se que o município pode garantir alimento subsidiado para expressiva parcela da população que é excluída e, indiretamente, permitir a permanência desta no mercado de trabalho. Apesar de a prefeitura municipal de Belo Horizonte priorizar o atendimento no Restaurante Popular a um público carente, não exclui o princípio de universalização do direito a uma alimentação saudável, visto que o acesso aos serviços desse estabelecimento está aberto ao público geral, pois não é uma política excludente.

Os resultados sugerem que tem sido viável a experiência dos serviços prestados pelo Restaurante Popular, estratégia que tem importância fundamental para populações residentes em grandes centros urbanos, já que atuam na redução das diferenças sociais existentes.

Embora importantes conclusões tenham sido obtidas neste estudo, não se pode deixar de ressaltar as limitações inerentes ao trabalho, dentre estas, a série de dados que, por não ser extensa, limita a apresentação de resultados mais consolidados. Outra questão se refere à não disponibilidade de dados anuais para uma análise comparativa por estratificação de renda, visto que as pesquisas anteriores apresentaram apenas estatísticas quantitativas com limitado conteúdo analítico. Análises futuras, no entanto, poderão remover essas limitações ora defrontadas, com vistas em fornecer evidências mais precisas sobre a eficácia dos serviços prestados por Restaurantes Populares, uma vez que essa é uma experiência ainda recente e localizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E.L.G. **Desnutrição e pobreza no Brasil: algumas evidências.** Fundação Carlos Chagas, ELG, 1979. (Caderno de Pesquisa em Educação).

ARANHA, A.V. **Segurança alimentar, gestão pública e cidadania: a experiência do município de Belo Horizonte – 1993/1999.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

BARROS, R.P., CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 985).

BELIK, W., GROSSI, M.D. O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília: SOBER, 2003.

CARVALHO, R.P. **Pesquisa sobre o Restaurante Popular.** Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2001.

CONTADOR, C.R. **Avaliação social de projetos.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

COUTO, E.P., LISBOA, A.D.M. **Segurança alimentar e desenvolvimento no Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília: SOBER, 2003.

CUNHA, A.R.A., LEMOS, M.B., NABUCO, M.R., PESSÔA, M.J. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: BELIKW, A, MALUF, R.S. (Orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberação.** Campinas: UNICAMP, 2000.

DIEESE. **1.º de maio – dia do trabalhador a questão do salário mínimo**. São Paulo, 2004. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 08 jun. 2004.

ELIAS, M.A.R. **Análise dos efeitos do Programa de Atenção ao Desnutrido sobre o estado nutricional de crianças carentes – Viçosa - MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1992.

FREITAS, M.C.S. Fome endêmica: prognóstico. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 77-96, 1993.

FURTADO, C. **Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX: formação econômica do Brasil**. 14.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GOMES, J.R. Alimentação e trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 10, n. 40, 1982.

HOFFMANN, R., VIEIRA, S. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. São Paulo: Hucitec, 1977. 339 p.

LEI, D.L. et al. Estudo em escolares de Barueri (SP): estatura, rendimento escolar e suplementação alimentar. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 43-69, 1992.

LUCAS, M.R.V. Segurança alimentar e comportamento do consumidor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília: SOBER, 2003.

MOURA, J.B. Avaliação do programa de alimentação do trabalhador, no Estado de Pernambuco, Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 20, p. 115-128, 1986.

NABUCO, M.R., PESSÔA, M.J.S. **A experiência do Restaurante Popular de Belo Horizonte como um instrumento de segurança alimentar**. São Paulo: Instituto de Cidadania, 2001. (Projeto Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil).

PESSÔA, M.J. **Política de abastecimento: PBH investe em segurança alimentar e cria novos restaurantes populares**. Belo Horizonte: PBH, 2002. (Pensar BH - Política Social, 2).

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Brasília, 2001. Disponível em: <[www.fomezeero.gov.br](http://www.fomezeero.gov.br)>. Acesso em: 03 out. 2004.

PROENÇA, R.P.C. **Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva**. Florianópolis: Insular, 1997. 136 p.

SILVA, M.V., STURION, G.L. Freqüência à creche e outros condicionantes do estado nutricional infantil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 58-68, 1998.

VALENTE, F.L.S. **A política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil de 1995 a 2002**. Disponível em: <[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)>. Acesso: 03 out. 2004.

VELLOSO, J.P.R., ALBUQUERQUE, R.C. (coord.). **Pobreza, cidadania e segurança**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

## **APÉNDICE**

## APÊNDICE

### PESQUISA DE OPINIÃO DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR (OUTUBRO/2003)

#### 1. Sexo

- a) Feminino
- b) Masculino

#### 2. Faixa etária

Perguntar a idade do entrevistado

#### 3. Qual seu grau de escolaridade?

- |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|
| a) Sem instrução         | h) 7. <sup>a</sup> série |
| b) 1. <sup>a</sup> série | i) 8. <sup>a</sup> série |
| c) 2. <sup>a</sup> série | j) 1. <sup>o</sup> ano   |
| d) 3. <sup>a</sup> série | k) 2. <sup>o</sup> ano   |
| e) 4. <sup>a</sup> série | l) 3. <sup>o</sup> ano   |
| f) 5. <sup>a</sup> série | m) Universitário         |
| g) 6. <sup>a</sup> série | n) Superior completo     |

4. Em que bairro você mora?

Anotar na folha em anexo.

5. Qual sua profissão?

- |                                 |                              |
|---------------------------------|------------------------------|
| a) Desempregado                 | g) Aposentado                |
| b) Estudante                    | h) Do lar                    |
| c) Funcionário do setor público | i) Mercado informal (camelô) |
| d) Funcionário do setor privado | j) Comerciante               |
| e) Profissional Liberal         | k) Vigia                     |
| f) Autônomo                     | l) Outros                    |

6. Em qual bairro você trabalha?

Anotar na folha em anexo.

7. Por quais meios de comunicação você se informa?

- a) TV
- b) Rádio
- c) Jornal
- d) Revista
- e) Internet

8. Renda familiar

- a) Até R\$ 240,00
- b) De R\$ 241,00 a R\$ 480,00
- c) De R\$ 481,00 a R\$ 720,00
- d) De R\$ 721,00 a R\$ 960,00
- e) Acima de R\$ 961,00

9. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?

- a) Uma pessoa
- b) Duas pessoas
- c) Três pessoas
- d) Quatro ou mais pessoas

10. Como você tomou conhecimento do Restaurante Popular?
- a) Indicação
  - b) Reportagens (TV ou Jornal)
  - c) Fachada do Restaurante
  - d) Informativos da Prefeitura
  - e) Jornal do ônibus
  - f) Outros
11. Além de você, quantas pessoas na sua casa freqüentam o Restaurante Popular?
- a) Nenhuma
  - b) Uma
  - c) Duas
  - d) Três
  - e) Mais de três pessoas
12. Com qual freqüência você vem ao Restaurante Popular?
- a) Primeira vez
  - b) Todos os dias
  - c) De uma a três vezes por semana
  - d) Mais de três vezes por semana
  - e) Raramente
13. Quais foram os motivos que o levaram a freqüentar o Restaurante Popular?
- a) Preço
  - b) Qualidade da refeição
  - c) Localização
  - d) Indicação/Conselho
  - e) Outros

14. Como você avalia a higiene do Restaurante Popular?
- a) Ótima
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssima
15. Como você avalia o atendimento do Restaurante Popular?
- a) Ótimo
  - b) Bom
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssimo
16. Como você avalia a localização do Restaurante Popular?
- a) Ótima
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssima
17. Como você avalia a refeição do Restaurante Popular?
- a) Ótima
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssima
18. Como você avalia o preço do Restaurante Popular?
- a) Ótimo
  - b) Bom
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssimo

19. Como você avalia a segurança do Restaurante Popular?
- a) Ótima
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssima
20. Como você avalia o espaço físico do Restaurante Popular?
- a) Ótimo
  - b) Bom
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Péssimo
21. Antes de conhecer o Restaurante Popular, qual a imagem que você tinha?
- a) Comida ruim ou fria
  - b) Apenas mendigo almoçando
  - c) Lugar sujo
  - d) Comida cara
  - e) Não tinha nenhum conceito
  - f) Outros
22. Você continua com a mesma imagem?
- a) Sim
  - b) Não
  - c) Não tinha conceito anterior
23. Você já sofreu algum tipo de assalto ou roubo próximo ao Restaurante Popular?
- a) Sim
  - b) Não

24. Você costuma ler os recados e informativos que o restaurante expõe no quadro de avisos?
- a) Constantemente
  - b) Esporadicamente
  - c) Raramente
  - d) Nunca leio
  - e) Nunca viu o quadro de avisos
25. Se o Restaurante Popular precisasse lhe passar alguma informação, qual seria a melhor forma?
- a) Por meio do quadro de avisos do próprio Restaurante
  - b) Sistema de som interno
  - c) Por meio de informativos para sua casa
  - d) Por meio de faixas no local
  - e) Outros
26. O que você melhoraria no Restaurante Popular?
- a) A qualidade da comida
  - b) Aumentar a quantidade de comida
  - c) Atendimento dos funcionários
  - d) A higiene e limpeza do local
  - e) Nada
  - f) Outros
27. Você recomendaria o Restaurante Popular para um amigo?
- a) Sim
  - b) Não
28. Em qual região você gostaria que fosse construído outro Restaurante Popular?
- Anotar o bairro na folha anexa.

29. Com qual frequência você vem jantar no Restaurante Popular?
- a) Frequentemente
  - b) Esporadicamente
  - c) Raramente
  - d) Nunca
  - e) Não sabia desse serviço
30. Se o preço do almoço aumentasse para R\$ 1,30, você continuaria almoçando no Restaurante Popular?
- a) Sim
  - b) Não
31. Se o preço do almoço aumentasse para R\$ 1,50, você continuaria almoçando no Restaurante Popular?
- a) Sim
  - b) Não
32. Se o preço do almoço aumentasse para R\$ 1,80, você continuaria almoçando no Restaurante Popular?
- a) Sim
  - b) Não